

Figueiredo vaiado no Palácio do Planalto

Greve dos canavieiros conquista 100% do INPC

A greve dos 220 mil canavieiros de Pernambuco conseguiu um reajuste de 100% do INPC, quebrando na prática o decreto 2.045. Mas o trabalhador Amaro da Silva foi assassinado pelo patronato. Pág. 5

Pela primeira vez na história um presidente brasileiro é vaiado dentro de sua própria casa. Mais de 1.500 prefeitos e vereadores de todo o país foram em passeata ao Palácio do Planalto e, quando Figueiredo lhes disse que o sufoco dos municí-

pios vai continuar, deram-lhe uma estrondosa vaia. O general teve de calar-se e dar o fora precipitadamente, enquanto os seguranças travavam às pressas as portas do salão nobre do Palácio. O fato atesta o apodrecimento extremo do regime. Pág. 3



Em Serra Pelada os garimpeiros recusam ameaça de expulsão

Tensão e revolta dominam o fantástico garimpo de ouro, onde 70 mil trabalhadores poderão ser expulsos ainda este ano. Pág. 8

Saques de supermercados: guerrilha por comida

No Rio e em São Paulo, a onda de ações dos famintos. Pág. 8

EDITORIAL

Uma vaia nacional

Há três anos o general Figueiredo foi vaiado por estudantes nas ruas de Florianópolis. Insensível, respondeu com tapas e pontapés, além de palavras de baixo calão. Na última terça-feira o Presidente foi vaiado dentro do próprio Palácio do Planalto, por uma caravana de 1.500 prefeitos e vereadores de todo o Brasil. E agora, Sr. General?

Na quarta-feira retrasada, o Congresso Nacional rejeitou o decreto-lei 2.024. Com a mesma insensibilidade, o governo reagiu com bofetões: Delfim Netto declarou que, se o Parlamento derrotar também o decreto 2.045, "o governo terá que encontrar outro mecanismo que produza o mesmo efeito". O general Ludwig fez ameaça semelhante, prometendo um novo decreto com o mesmo conteúdo, o que foi repetido pelo chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu. É uma tentativa de desmoralizar o Poder Legislativo.

O obstinado em sua subserviência ao capital internacional, o governo não percebe que chegou a um beco sem saída. Como Nero, que assistiu impassível ao incêndio de Roma, teima em massacrar o povo para atender ao FMI. E ataca o Congresso Nacional para obrigá-lo a engolir o decreto 2.045. Só resta às massas populares forçar passagem até o Palácio do Planalto, como fizeram os prefeitos e vereadores, não só para vaiar mas, com pulso forte, pôr fim ao entreguismo, aos abusos e à corrupção. É ao próprio governo responsável por tais crimes.

Os ataques ao Congresso, que as autoridades governamentais entoam em coro, têm como maestro o imperialismo norte-americano. O secretário do Tesouro dos EUA, Donald Regan, declarou arrogantemente que "treme ao pensar no futuro do Brasil" se o Legislativo ousar derrotar o decreto 2.045: O sr. de Larosière, diretor do FMI, acrescentou que se isto acontecer, "o Brasil desaparece pelo ralo". O governo e os banqueiros internacionais procuram responsabili-

zar o Congresso pela situação calamitosa em que eles mesmos atiraram o país. É a velha manobra do ladrão que, para se safar, corre e grita "pega ladrão".

Mas não é só o governo que tenta desmoralizar o Congresso. As forças mais reacionárias e direitistas dentro do regime também já percebem que não dá mais para contar com Figueiredo no comando. Acusam o Congresso de criar um impasse e tramam medidas de força para tentar manter de pé o regime militar. Pretendem calar o Legislativo e sufocar a oposição. E não está fora de seus planos substituir o próprio presidente, alegando sua provada incompetência. A tal ponto foram em suas manobras que o próprio Figueiredo já comentou que só sairá do Palácio morto.

As forças democráticas e movimento popular não podem se omitir diante desta grave conjuntura. Sua atuação firme é um fator chave na defesa das prerrogativas do Congresso para enfrentar a prepotência do Executivo. E no desmascaramento cabal de todas as articulações golpistas.

Ao povo interessa pôr fim, o mais rápido possível a este governo incapaz e servil do FMI. Mas não para colocar no seu lugar outros generais, igualmente nocivos à nação. Aos brasileiros interessa um novo governo, que rompa com o FMI, que levante a bandeira da independência nacional, que assegure a mais ampla liberdade política e que tome medidas de emergência para aliviar as condições de vida das massas trabalhadoras.

O general Figueiredo e seu governo são vaiados por todo lado, assim como seus patrões imperialistas. Se todas estas manifestações de protesto se unirem, nas fábricas, nas ruas, nas fazendas e nos povoados, nas escolas, no Parlamento, estará aberto o caminho para que o Brasil saia da crise, derrote seus opressores e conquiste o progresso social.



A passeata de estudantes, professores e trabalhadores uruguaios, contra a ditadura militar.

Deputado leva apoio do Brasil à luta dos uruguaios

O deputado estadual Benedito Cintra (PMDB-SP) esteve no Uruguai e conta como foi a passeata dos 70 mil em Montevideu contra a ditadura e pela anistia no país. Pág. 2

FMI já decide sozinho sobre nossa dívida

Desde segunda-feira o governo brasileiro nem participa mais das negociações sobre o pagamento da dívida externa do país. Pág. 3

João Amazonas expõe posição do PC do Brasil

Defendeu para 1.500 pessoas em Porto Alegre a urgência de um governo provisório. Pág. 4

Trabalhadores vão às ruas para derrotar o decreto do arrocho

Em vários Estados são feitas manifestações e prepara-se uma caravana à Brasília. Pág. 5

A maioria e a musicalidade do MPB-4

O grupo vocal completa 18 anos e conta a sua história para a Tribuna Operária. Entrevista exclusiva na pág. 7.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
MPB-4: uma história de resistência política e musical

Passeata de 70 mil nas ruas de Montevideu

Uma multidão de mais de 70 mil pessoas fez uma passeata de protesto contra a ditadura militar uruguaia no último dia 25, em Montevideu. A manifestação foi parte do encerramento da Semana dos Estudantes por um Ensino Democrático. O deputado estadual do PMDB paulista, Benedito Cintra, esteve presente, junto com uma delegação brasileira.

A passeata percorreu mais de 4 km das ruas centrais de Montevideu, em direção ao Estádio Luís Franzini, onde foi realizado um ato solene de encerramento da Semana do Estudante, convocada pela Associação Social e Cultural dos Estudantes do Ensino Público (Asceep). Inúmeras faixas, com reivindicações estudantis (autonomia universitária, ensino democrático, etc.) e gerais (liberdade, trabalho, salário e anistia) foram exibidas pelos manifestantes, aos gritos de "Vai acabar! Vai acabar! A ditadura militar!" Ao passar diante da casa de Liber Seregni, dirigente da organização Frente Ampla há 10 anos preso pela ditadura, foram feitas saudações especiais e manifestações por anistia e liberdade.



A passeata contra a ditadura, no boulevard Artigas

Segundo o deputado Benedito Cintra, que participou das atividades com uma delegação brasileira composta por dirigentes do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo, da Juventude do PMDB de Porto Alegre, da União Metropolitana dos Secundaristas de P. Alegre, e um estudante da Universidade Metodista do Rio, "merece destaque o apoio unânime da população, nas ruas. O regime militar está completamente isolado. Chama a atenção também a ordem com que foi feita a passeata. A frente os estudantes. Depois, os professores. E por fim o Plenário Intersindical dos Trabalhadores — PIT. Durante a passeata foi convocada

do 'cacerolazo' para a noite. E, de fato, cerca de 70% dos 1,5 milhão de habitantes de Montevideu bateram em suas caçarolas, à noite, protestando contra o regime. Nos bairros operários a população saiu às ruas, batendo nas panelas, desafiando os militares no poder".

DURA REPRESSÃO

O deputado paulista manteve contatos com familiares de presos políticos uruguaia, que fizeram duras denúncias: "Me foi contado que nos cárceres as mulheres são obrigadas a executar trabalhos pesados e degradantes, enquanto os homens são condenados à mais completa ociosidade. Não existe uma rotina carcerária, assim o prisioneiro nunca sabe o que vai acontecer consigo na próxima hora. É vítima de constantes provocações e punidos com o calabouço, mesmo quando não tenham infringido nenhuma norma da penitenciária. A fase de tortura mais violenta já passou, me relataram os familiares, embora continuem os seqüestros políticos no Uruguai. Hoje os militares procuram destruir a estrutura psíquica do preso, levá-lo ao suicídio..."

Benedito Cintra acredita que "apesar da intransigência do regime, e da falta de liberdade para o povo, a tendência é de uma rápida modificação no quadro político do país. A iniciativa política está muito mais com o movimento operário e popular, do que com os partidos políticos tradicionais e as forças que podem conciliar com a ditadura. E o povo sente que, com as modificações políticas no Brasil e Argentina, é impossível subsistir o regime uruguaio, com mais de 1.000 presos políticos, torturas, desaparecimentos, suspensão de publicações pela censura".

O parlamentar paulista destaca que "todos os que lutam contra o imperialismo têm a tarefa urgente de isolar o regime uruguaio, denunciar os seus crimes, solidarizar-se com o povo do Uruguai, que luta pela liberdade e democracia. Temos que organizar uma solidariedade ativa, da forma mais ampla possível".



Benedito Cintra, na mesa da Semana do Estudante



O embaixador, os deputados Bonfim e Calheiros; no ato

Solidariedade alagoana com a Nicarágua

Com o auditório da Ordem dos Advogados do Brasil em Maceió completamente lotado, o embaixador da Nicarágua no Brasil, Ernesto Gutierrez, falou no dia 22 sobre a situação interna e externa de seu país. O ato, promovido pela Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos, entidades sindicais, estudantis e democráticas do Estado (tantas que a mesa foi insuficiente para todos os representantes), foi marcado por um clima de entusiasmo e combatividade. Diversas vezes o embaixador foi interrompido por aplausos. Em um momento emocionante, o público de pé cantou "O povo Unido, Jamais Será Vencido" em coro com um hino revolucionário latino-americano.

O embaixador explicou o esforço que seu povo vem fazendo para construir uma sociedade nova na Nicarágua. Destacou o papel das mulheres no processo revolucionário em seu país e reafirmou o direito de seu povo ser independente e soberano. Denunciou a agressão imperialista dos Estados Unidos "que treinam, armam e financiam mercenários para invadirem a Nicarágua a partir de Honduras, e já agora usam suas próprias tropas militares para intimidar nosso povo".

Gutierrez disse que o povo nicaraguense conta com duas poderosas armas para resistir

às agressões do imperialismo: "A determinação de resistir até as últimas conseqüências na defesa de nossa pátria, e a solidariedade dos outros povos do mundo, inclusive do próprio povo norte-americano, que em escala crescente repudia a política intervencionista do presidente Ronald Reagan".

A tarde o embaixador nicaraguense foi recebido em sessão solene na Assembléia Legislativa de Alagoas, por proposta do líder do PMDB, deputado Eduardo Bonfim. Em sua saudação Bonfim manifestou a certeza de que "a Nicarágua vencerá, graças ao destemor de seu povo em lutar pela pátria. Vencerá, com o apoio dos povos irmãos que amam a liberdade, a justiça e o verdadeiro progresso social. E a América Latina seguirá o exemplo do povo nicaraguense, de luta pela independência e soberania nacional, contra o imperialismo de todos os matizes". O líder do PMDB disse ainda que o Brasil enfrenta, "em outras circunstâncias e de formas diferentes, a mesma agressão imperialista. Na Nicarágua são os navios de guerra e aviões norte-americanos a rondar suas águas, a invadir seu espaço aéreo e seu território. Aqui no Brasil é o FMI, invadindo nossa economia, agredindo nossos trabalhadores com o arrocho salarial e o desemprego encomendados por Washington". (da sucursal).

Êxitos da agricultura na Albânia Socialista

No distrito de Korça, na Albânia, a produtividade do trigo está sendo de 7.100 kg por hectare, na presente safra! Enquanto isso, no Brasil, a produtividade de 1.900 kg/ha registrada em Ourinhos, na atual safra, está sendo considerada um grande êxito... Na Albânia do socialismo vitorioso a produção agrícola global se multiplicou quase cinco vezes, desde a tomada do poder pelos operários, em 1944. Em

1983 a média da safra de trigo em todo o país foi de 3.024 kg/ha.

Nos últimos dois anos a produção de cereais de panificação na Albânia cresceu 8%; a de legumes cresceu 8,4%; a de leite cresceu 24%! Cerca de 90% desses aumentos foram conquistados através da elevação da produtividade agropecuária. Isso num país onde não existe inflação.



A polícia reprime os grevistas em Lima, capital do Peru

Política econômica leva peruanos à greve geral

Pela segunda vez neste ano os trabalhadores do Peru paralisaram o país, em greve geral contra a política econômica do presidente Fernando Belaunde Terry, no dia 27. Em Lima, capital do país, somente alguns estabelecimentos comerciais abriram suas portas. Bancos, fábricas, e grande parte do comércio não funcionaram. Na cidade histórica de Cuzco a greve foi total.

A resposta do governo foi a repressão. Bombas de gás foram atiradas contra as manifestações populares em Lima,

Arequipa, Huancayo e outras cidades menores. Por volta das 7 horas da manhã, trabalhadores e estudantes apedrejaram os poucos ônibus que circulavam na capital, bloqueando suas ruas centrais. Como resultado da violência policial, duas pessoas morreram e cerca de 150 foram presas. A greve foi convocada pela Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, que a considerou um êxito e "uma resposta de conteúdo político ao governo; a política dos trabalhadores contra a política do governo".

O acordo de paz num barril de pólvora

Depois de três semanas de guerra, os combates no Líbano diminuíram sensivelmente. Na segunda-feira foi assinado um precário acordo de cessar-fogo entre as forças beligerantes. Isso não quer dizer que a tensão baixou. Nessa região, torturada pela guerra e pela rapina imperialista, o cessar-fogo sempre serviu como pausa para conflitos mais violentos.

Prova disto é que as diversas potências imperialistas envolvidas no conflito intensificaram de maneira sem precedentes a sua participação na última semana. A tal "Força de Paz" estacionada na região ampliou enormemente o seu poder de fogo. Os efetivos franceses entraram em combate direto pela primeira vez, bombardeando posições de artilharia drusa nas montanhas Souf, com seus caças bombardeiros Super-Etenart.

A França mantém 2500 soldados estacionados no Líbano, além do porta-aviões Foch, com 40 aviões e três navios de escolta. Já o ministro do Exterior da Itália, Giulio Andreotti, anunciou que seu governo vai dar apoio aéreo aos 2500 soldados que tem na "Força da Paz" e irá reforçar sua artilharia. A Inglaterra também enviou uma frota poderosa.

ALTO PODER DE FOGO

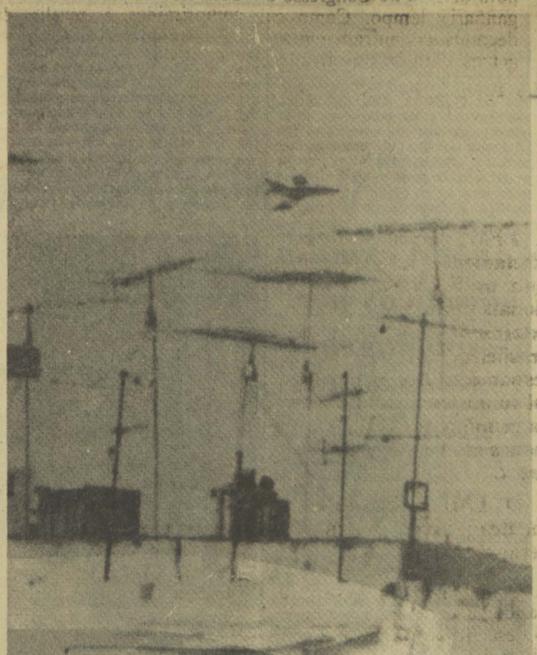
Além dos 1400 "marines" em terra, os Estados Unidos mantêm diante de Beirute o porta-aviões "Eisenhower", com 90 aviões; dois cruzadores com 40 helicópteros, cinco contra-torpedeiros e seis navios de apoio. No domingo juntou-se a esta gigantesca armada de guerra o encouraçado "New

Jersey", um dos mais poderosos navios do mundo, que pesa 58 mil toneladas e que tem canhões com alcance de 39 quilômetros.

Esta é uma das principais intervenções diretas das grandes máquinas bélicas norte-americanas desde a guerra do Vietnã. Neste período o imperialismo ianque sempre tratou de acionar forças lacaias para fazer seu jogo sujo, como faz na utilização do governo de Honduras contra a Nicarágua sandinista e como faz com Israel contra os povos árabes. Desta vez o massacre está sendo feito diretamente por americanos. Com essa escalada a opinião pública norte-americana aumenta seus protestos, engrossando a luta contra o envolvimento ianque na guerra do Líbano.

Levando isso em conta, o governo Reagan vem pressionando o novo primeiro-ministro terrorista de Israel, Yitzhak Shamir, a passar por cima da oposição interna e intervir novamente na guerra libanesa em socorro dos falangistas de Gemayel. Os jornais israelenses "Haaretz" e "Jerusalem Post" denunciaram as pressões norte-americanas sobre o governo de Israel, incluindo até mesmo um pedido oficial de ajuda militar.

Do lado soviético a preparação para a guerra é intensa. Altos oficiais soviéticos, chefiados por um general de exército, trabalham em Damasco, junto com o Estado-Maior sírio. Segundo um jornal do Kuwait, a URSS tem um plano pronto para mandar 52 mil soldados soviéticos para a Síria, em 12 horas, caso o conflito assuma proporções maiores. Nesse quadro de intervenção e armamentismo não dá para acreditar no atual acordo de cessar-fogo. (Luis Fernandes)



O bombardeiro francês: um símbolo trágico da intervenção.

"Continuarei apoiando este jornal"

É pela primeira vez que estou escrevendo para a redação da Tribuna Operária, pois sou uma tribuneira voluntária que atualmente mudei de Estado, mas que pretendo continuar lendo e apoiando este jornal, por se identificar com os nossos anseios e esperanças de

ver o nosso país livre das garras do capital estrangeiro e soberano. Estou enviando o meu pedido de assinante e brevemente estarei remetendo outros, de pessoas que começam a conhecer este jornal. Abraços, G.M. (Carta enviada de Rondônia por uma tribuneira)

Desejo receber em casa a Tribuna Operária

() Anual de apoio (52 edições)	Cr\$ 10.000,00
() Anual Comum (52 edições)	Cr\$ 5.000,00
() Semestral de apoio (26 edições)	Cr\$ 5.000,00
() Semestral comum (26 edições)	Cr\$ 2.500,00
() Exterior, anual	70 dólares

Envio cheque nominal à

Editora Anita Garibaldi Ltda, Rua Adoniram Barbosa, 53 (antiga Travessa Brig. Luiz Antonio) - Bela Vista - São Paulo, SP - CEP 01318

Nome:
Endereço:
Cidade: Estado: CEP:
Profissão: Data:

Desespero dos generais para aprovar o 2.045

Depois da vitória contra o decreto 2.024, os partidos de oposição começam a articular a sua estratégia para batalha contra o 2.045, que deve ser votado até 25 de outubro; caso contrário será aprovado por decurso de prazo. No Congresso Nacional cresce a convicção de que o decreto será derrotado pelas oposições e por considerável parcela do próprio PDS.



Chiarelli, senador do PDS

não ser aprovada pelo partido. Durante a reunião o senador Carlos Chiarelli chegou a perguntar: "Quem aqui afinal é a favor do 2.045?". Ficou sem resposta.

O resultado desta reunião do PDS reforça a tese do isolamento do regime militar. O que antes era um bloco monolítico na sua subserviência aos ordens dos generais, hoje é um partido dividido que longe

de dar sustentação política ao general Figueiredo, transformou-se, em alguns momentos, num indesejável crítico do governo e de sua política econômica.

MANOBRA DO GOVERNO

Diante desse quadro extremamente desfavorável, o 2.045 está se transformando num verdadeiro polo de desagregação do regime. Mas, apesar disso, o governo prefere ceder às pressões externas dos agiotas do FMI e insiste desesperadamente em obter a aprovação do seu decreto. Na semana passada, o Palácio do Planalto continuou a ameaçar ostensivamente o Congresso Nacional. Nesta tarefa, o governo contou com a ajuda direta dos Estados Unidos, que através das declarações do secretário do Tesouro Donald Regan, reforçou as ameaças e pressões.

Acuado por todos os lados, o governo do general Figueiredo joga suas últimas cartas para conseguir a aprovação do 2.045. O ponto central da sua estratégia será uma consulta a Comissão de Constituição e Justiça do Senado sobre a validade da questão de ordem levantada pelo senador Aloisio Chaves, durante a votação do 2.024. Essa questão de ordem objetiva impedir a votação pelo Congresso Nacional de qualquer matéria quan-

do não haja quorum no Senado. Como o PDS controla integralmente o Senado, onde a oposição tem apenas 22 dos 69 senadores, se aceita a tese, o Congresso Nacional ficará impedido na prática de funcionar. Ou seja: de nada valerá a maioria que a oposição conquistou na Câmara de Deputados. Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, compara essa medida a "um recesso branco do congresso".

PRESSÃO POPULAR

Os partidos de oposição preparam-se para rejeitar o 2.045 o mais rápido possível. Na semana passada, numa reunião das lideranças do PMDB, PDT, PT e PTB, ficou acertado o esquema de mobilização de todos os parlamentares. Segundo a estratégia aprovada, a oposição tentará conseguir quorum para rejeitar o decreto entre os dias 18, 19 e 20 de outubro.

Um dado fundamental nesta luta é o da mobilização popular. A derrota do 2.024 mostrou a importância da presença dos líderes sindicais que, lotando as galerias do Congresso, garantiram a continuidade da votação. Com elas vazias teria sido mais fácil para o governo manobrar os trabalhos, impedir a votação e aprovar o decreto por decurso de prazo.



Prefeitos e vereadores de todo o país foram em passeata até o Palácio do Planalto

Figueiredo é vaiado dentro da sua "casa"

Pela primeira vez na história, o presidente da República foi estrondosamente vaiado dentro de seu próprio palácio. O fato inusitado aconteceu terça-feira, quando cerca de 1.500 prefeitos e vereadores de todo o país foram ao Palácio do Planalto, reivindicar a adoção de uma reforma tributária, e Figueiredo recebeu-os com um grosseiro "não".

Depois de esperar uma hora e 45 minutos pelo general Figueiredo, os representantes dos municípios tiveram uma decepção. "Agradeço aos senhores — disse o presidente — por terem vindo me visitar na minha casa de trabalho. Mas lamento dizer-lhes que, mesmo que quizesse, eu não poderia fazer a reforma tributária antes do segundo semestre do próximo ano". Foi o bastante para as vaias irromperem no salão nobre, segundo andar do Palácio, numa ruidosa demonstração de repúdio.

TRANCADOS NO SALÃO

Os prefeitos e vereadores foram tratados com extrema descortesia. Depois de encerrarem o Encontro Nacional Pró-Reforma Tributária, realizado no Congresso Nacional, eles seguiram em passeata até o Palácio do Planalto, com faixas pedindo a reforma dos impostos — dos quais, atualmente, 66% ficam com o governo federal e apenas 5% com os municípios. Logo que chegaram, a segurança do Planalto já exigiu que recolhessem as faixas caso quizessem entrar. Além disso, o gabinete do presidente avisou que Figueiredo só receberia uma comissão de 20 membros.

Depois de demoradas negociações, os representantes dos municípios puderam entrar no salão nobre do segundo andar, por onde passaria o presidente. Ao ouvir as vaias, Figueiredo calou a boca e foi embora, deixando os prefeitos e vereadores pre-

so no salão por mais de cinco minutos, pois os seguranças trancaram as portas. Junto com as vaias, os presentes fizeram comentários: "Abaixo a ditadura"; "Infelizmente este não é o nosso presidente"; "Quem não foi votado pelo povo não tem interesse em receber e dialogar com o povo".

A VERDADEIRA UNIDADE

Para o vereador Manoel Amorim, o mais votado de Candeias, Bahia, que esteve presente no Palácio, a atitude de Figueiredo foi de desrespeito ao povo. "Nós viemos de longe e esperávamos uma melhor recepção por parte do presidente da República. Como chefe da nação, ele deveria ter dado uma satisfação melhor para a crise em que vivem os municípios brasileiros. Foi uma demonstração de insensibilidade" — disse o vereador baiano.

Já o deputado federal José Luiz Guedes, um dos dez que acompanharam os prefeitos e vereadores, vê dois significados no acontecimento: "Em primeiro lugar ele demonstra verdadeira unidade nacional que existe hoje contra o regime. Depois, a recepção dada aos prefeitos e vereadores revela o abismo que existe entre a nação e o Estado. A vaia significou a firme disposição do povo de não se dobrar diante desse regime que está chegando ao fim".

As vaias a Figueiredo dentro de sua própria "casa" refletem com clareza a crise de um governo sem legitimidade, sem representatividade, sem autoridade, sem condições de governar — um governo em agonia. Os prefeitos e vereadores apenas fizeram soar no Palácio o eco do imenso clamor popular pela substituição imediata do grupo palaciano por um novo governo, formado pelas forças da democracia e do povo brasileiro. "Fora Figueiredo!" é o grito que faz vibrar todo o país. (da cursal).

Possíveis golpes do governo

Atendendo as ordens do FMI, o governo militar já avisou que não abre mão do decreto 2.045. Mas diante da quase certeza de que ele será rejeitado pelo Congresso, os bruxos do Planalto já preparam outras medidas para assaltar os trabalhadores. Veja quais são esses golpes:

a) Uma das alternativas acenadas pelo governo é a da retirada do 2.045 perto da sua votação e sua substituição por outro decreto nos mesmos termos. Muda apenas o número mas não o seu conteúdo e seus efeitos contra o bolso dos assalariados. Com isso, o governo evitaria o desgaste de uma nova derrota no Congresso e ganharia tempo. Como os decretos-leis entram em vigor na data de sua divulga-

ção, os efeitos de um novo decreto continuariam sendo aplicados até março do ano que vem. Isso porque com o recesso parlamentar do final do ano o novo decreto só poderia ser votado em 1984. Por essa estratégia o governo ficaria enviando e retirando quantos decretos fossem necessários.

b) Outra ameaça dos generais é de retirar a semestralidade. A lei 6.708, que estabeleceu os reajustes semestrais, permite alteração da periodicidade através de decreto presidencial que não precisa ser submetido ao Congresso.

c) O governo quer manipular ainda mais o INPC. Com isso os salários seriam comprimidos à revelia da lei, bastando aplicar um expurgo nos índices.



Foto: Arquivo TO

Festa na rejeição do 2.024. Governo teme uma nova derrota

FMI: super-governo do Brasil

O FMI passou a coordenar diretamente as negociações com os banqueiros internacionais para tratar da dívida externa do Brasil. O governo brasileiro, que deveria ser o responsável por este assunto, foi sumariamente excluído — na reunião do dia 26 nem ao menos esteve presente nos debates.

O FMI assume oficialmente o papel de super-governo do Brasil.

Os fatos foram se precipitando: a derrubada do 2.024, o descontrole da sucessão presidencial, a perda total de controle sobre a inflação, o

acúmulo dos atrasados nas prestações da dívida. Os representantes do imperialismo ocidental passaram por cima do governo e depositaram nas mãos do FMI a responsabilidade pelas negociações. O Brasil já não tem soberania nem para discutir taxas de juros ou prazos de pagamentos.

Numa gigantesca manobra de chantagem, e também para demonstrar eficiência e capacidade, o FMI através do Sr. De Larosière, divulgou um pacote de 11 bilhões de dólares, negociados com bancos privados, Eximbank dos Estados Unidos, Japão e Europa, Banco Mundial e várias organizações oficiais de inves-

timento. Como é uma operação de grande porte, os credores estrangeiros, exigem um entreguismo maior ainda.

Os banqueiros internacionais querem agências no Brasil e altas taxas de juros nas renegociações; o FMI quer arrocho e desemprego, os Eximbanks tratam de dominar totalmente nosso mercado exterior. É um verdadeiro loteamento do Brasil.

PACOTE DE SUCESSO?

Mesmo sendo excluído das grandes decisões, o ministro Delfim Netto apresenta o pacote dos banqueiros como um sucesso. Mas, até do ponto de

vista puramente econômico, as negociações são um fracasso para o governo. Os ministros pediram 9,2 bilhões de dólares, mas os banqueiros só falam em 6,5 e mesmo assim sem nenhuma certeza. A quantia de 11 bilhões de dólares não irá refrescar nossa situação, pois o próprio Galvêas calcula em 19 bilhões de dólares as necessidades para 1983 e 1984. Alguns economistas calculam em 27 bilhões de dólares.

E quem disse que esse dinheiro vem mesmo? O Sr. De Larosière, homem forte do FMI, ameaçou que isso só poderia acontecer, se o Congresso Brasileiro fosse "bonzinho". O paquiderme Donald Regan, do Tesouro norte-americano, já tinha feito ameaça semelhante. Uma operação monstro de chantagem (veja o box).

Mas o dinheiro coordenado pelo FMI só viria em meados de novembro. E até lá? Quem diz o que vai acontecer é o banqueiro Olavo Setúbal: "É inevitável que o Brasil recorra a um empréstimo-ponte para conseguir fechar o balanço de pagamentos desse ano". Quem poderia fazer isso é o governo norte-americano, como fez no fim de 1982.

AUMENTA O CERCO

Um empréstimo-ponte direito do governo norte-americano é um assunto de Estado para Estado. Em troca da operação-salvamento, os gringos querem subordinação do Estado brasileiro.

O cerco é cada vez mais asfixiante. Com o anúncio do pacote dos 11 bilhões de dólares, o FMI tenta mostrar que se o Congresso brasileiro se dobrar, tudo irá bem, os cofres se abrirão para o Brasil. De fato, tudo irá bem, mas para os imperialistas e não para o povo brasileiro.

A grande chantagem contra o Brasil

Quando o decreto 2.024 foi derrubado no Congresso Nacional em Brasília, uma das primeiras reações veio do sr. Donald Regan, secretário do Tesouro dos EUA, braço-direito do governo Ronald Reagan para as questões econômicas. Com o atrevimento típico dos imperialistas, Regan disse que, agora, o Legislativo brasileiro tinha que aprovar de qualquer forma o decreto 2.045, do achatamento salarial. "Se isso não acontecer e o Brasil não lo-

grar um acordo com o FMI, tremo ao pensar no futuro do Brasil" — disse ele.

Agora, passada uma semana, está claro que as declarações de Regan foram o sinal para uma verdadeira chantagem coordenada, que parte dos expoentes máximos do capital financeiro mundial, têm como alvo o Congresso Nacional e como objetivo aprovar a qualquer custo o 2.045.

Esta quarta-feira, em plena reunião dos países membros do FMI, em Washington, foi a vez do presidente do Fundo, Jacques de Larosière, que bateu recordes de arrogância ao insultar nosso país. "Se o Brasil não efetivar o acordo com o FMI — disse Larosière, referindo-se ao 2.045 — ele desaparece pelo ralo".

Donald Regan, por sua vez, voltou à carga. Declarou, no mesmo dia, que qualquer dinheiro que venha a ser solto pelos banqueiros ou pelos governos imperialistas depende, "é claro, de o Brasil adotar o programa do



Larosière: o Brasil no ralo

FMI, que no momento está tramitando no Congresso brasileiro".

Já o Wall Street Journal, órgão dos banqueiros americanos, publicou um artigo intitulado "Limpeza depois do Carnaval" em que coloca para o Brasil o dilema "entre as condições do FMI e um horrível colapso".

Resta saber como os parlamentares e o povo brasileiro responderá a esta desavergonhada chantagem, na hora de levar a julgamento o 2.045.



Regan: "Tremo em pensar..."

Governo quer cassar mandato de Juruna

Onze ministros do general Figueiredo solicitaram ao presidente da Câmara Federal punição ao deputado federal Mário Juruna. No dia 26 o cacique-deputado acusou, na Câmara, de ladrões "todos os ministros, os militares e o presidente da República também". Agora o governo militar pretende intimidar e silenciar o deputado.



Foto: Arquivo TO

Governo quer silenciar o cacique Juruna

Informado sobre a intenção do governo de puni-lo, Juruna reagiu com tranquilidade: "Isso que está acontecendo é da lei do branco: quem fala a verdade pode ser preso e quem rouba está solto, não acontece nada". Mas essa mesma tranquilidade não é encontrada no governo militar. Na terça-feira o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, já fazia ameaças veladas ao deputado Juruna. Ressalvava que não sentia-se atingido pela acusação de ladrão, "mas há os que se sentiriam ofendidos e, como este aspecto da honra é essencialmente subjetivo, poderão solicitar que o deputado seja processado". O caso é que, horas depois, o ministro resolveu sentir-se ofendido também, e pediu a punição do deputado eleito pelo Rio de Janeiro.

SILENCIAR O ACUSADOR

Abi-Ackel, juntamente com os ministros Leirão de Abreu, Delfim Netto, César Gals, Cláudio Severo, e os militares Rubem Ludwig, Danilo

Venturini, Délio Jardim de Mattos, Valter Pires, Maximiliano da Fonseca e Mário Andreazza, enviou documento ao presidente da Câmara afirmando: "O discurso proferido pelo deputado Mário Juruna na tribuna da Câmara dos Deputados, sessão de ontem, dia 26 do corrente, além de gravemente ofensivo à honra do Senhor Presidente da República e dos ministros de Estado, caracteriza procedimentos que incorrem na regra estabelecida no Artigo 35, item 2, da Constituição Federal". As autoridades solicitam "diante da gravidade dos fatos as providências que o caso impõe". Ou seja: querem calar o acusador sob as acusações, seríssimas, nenhuma palavra...

Clima de terror agita Manaus após rebelião

Após a rebelião popular com 20 mil pessoas que agitou Manaus dia 20, as forças da repressão criaram um clima de terror. Houve prisões em massa, invasões de residências e até torturas. A mobilização das entidades democráticas e populares foi imediata e impediu o prosseguimento destas arbitrariedades. O governador Mestrinho cedeu e aceitou dialogar.

O clima de terror implantado na capital amazonense após a rebelião popular contra os aumentos das passagens de ônibus foi acima do previsível. No dia 20 as entidades estudantis encaçaram uma passeata contra o novo preço das passagens e foram violentamente reprimidas pela polícia. A população aderiu em massa, houve choques com a PM e depredação de ônibus, que continuou por quatro dias. Neste período a repressão agiu com rara selvageria.

Na quinta-feira, 22, a audiência que as entidades democráticas deveriam realizar com o governador Mestrinho não houve, porque a tropa de choque impediu que qualquer pessoa se aproximasse do palácio. O secretário da Segurança, coronel Lustosa, comandou de arma em punho a repressão aos manifestantes. A brutalidade chegou a tal nível que fraturou as pernas de uma moça e dilacerou a perna de um ancião. Nesse mesmo dia 13 pessoas foram presas e violentamente torturadas; algumas chegaram a vomitar sangue.

VIOLÊNCIA POLICIAL
Mas a violência policial se espalhou por toda a cidade. Na tarde do dia 22 a polícia invadiu o escritório político dos deputados do PMDB Mário Frota e João Pedro, alegando busca de "material subversivo". A sucursal da Tribuna Operária foi ameaçada de invasão pelos policiais, mas os vizinhos impediram que se cometesse este atentado. A kombi do jornal foi levada pela polícia. No momento em que ocorriam estas arbitrariedades, os vários canais de televisão colocavam no ar, de hora em hora, um pronunciamento do governador Mestrinho, em que este delatava algumas pessoas como sendo membros do PC do B e responsáveis pela rebelião.

No dia seguinte iniciava-se as demissões políticas. O engenheiro agrônomo Crisólogo Rocha e o gráfico Antônio Ederval foram sumariamente demitidos dos cargos que ocupavam no governo estadual. No dia 27 outra sórdida medida repressiva revoltava particularmente os professores: a transferência da professora Marilda Galvão para os confins do Estado.

REPÚDIO AO GOVERNO
Diante de tantas arbitrariedades, as entidades democráticas e populares mostraram total repúdio à atitude do governo. No dia 23 à noite foi realizada uma reunião com várias entidades no Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL) para tomar providências diante dos acontecimentos. Ao término da reunião a polícia investiu contra as pessoas que saíram do prédio e efetuou mais onze prisões, vitimando dirigentes estudantis, um dirigente do PT e dois professores universitários. Estas pessoas só foram liberadas no dia seguinte graças à intervenção do deputado e advogado Francisco Queiroz.

O governador Mestrinho certamente não esperava a formação tão rápida de uma frente contra o terror e a repressão. Foram feitos dois atos públicos no campus da Universidade do Amazonas e outro no ICHL. Também houve atos de repúdio à violência nas cidades de Manacapuru, Parintins e Itacoatiara. Mais de 50 entidades populares, partidos de oposição, sin-



Mestrinho, isolado teve de recuar



João Pedro (acima) e Mário Frota com escritório invadido pela PM

dicatos e associações fizeram uma nota conjunta condenando o regime militar, ao mesmo tempo em que exigiam que o governador Mestrinho cumprisse seus compromissos feitos publicamente.

O Sindicato dos Professores colocou uma matéria paga na primeira página dos jornais manifestando seu irrestrito apoio às manifestações contra o aumento das passagens por considerá-las representativas da insatisfação geral que assola o país. A Intersindical do Amazonas também se posicionou contra as perseguições. Em sua nota afirmava que é inadmissível que um governo eleito com o voto popular, pela oposição, esteja mais preocupado em perseguir democratas num momento em que se faz necessário somar forças contra a política econômica do regime militar derrotando o decreto 2.045.

CONTRA A VIOLÊNCIA
Vários parlamentares do PMDB fizeram pronunciamentos na Assembléia Legislativa a favor da manifestação. Inicialmente, João Pedro e José Aquino eram os únicos contra a violência policial. Mas na semana seguinte o deputado Francisco Queiroz, o mais antigo da bancada, fez um longo pronunciamento no ICHL hipotencando seu apoio à luta e condenando a repressão. No dia seguinte foi a vez do líder da bancada, deputado Félix Valois, condenar o abuso policial. Na Câmara, o vereador Lira se posicionou de forma contundente contra as arbitrariedades e no plano federal o deputado Mário Frota condenou os desmandos policiais.

A Arquidiocese de Manaus atribuiu as turbulências à grave crise econômica e financeira que se abate em todo o país e afirmou ser natural que as pessoas se organizem para fazer suas reivindicações. Já o P"CC" Brasileiro, destoando das entidades democráticas, sindicais e da Igreja, lançou uma nota apoiando a atitude do governador Mestrinho e acusando o PC do B de fazer baderna! Mas o isolamento desta posição foi tanto que nem o setor estudantil deste partido acatou esta posição, pois apoiou a manifestação.

GOVERNADOR RECUA
Diante do isolamento em que ficou, Mestrinho recuou e foi à televisão dizer que estava aberto ao diálogo. Foi formada uma comissão a fim de reabrir as negociações com o governador. A reunião entre o governador e a comissão ocorreu dia 27 e Mestrinho revelou estar disposto a receber as entidades estudantis para um encontro. (da sucursal)



Falta água para o flagelado, mas para político do PDS tem de sobra

Os ricos lucram com a miséria criada pela seca

No município de Casa Nova, sertão da Bahia, 40 famílias estão sem receber água porque não assinaram uma lista do PDS pedindo a saída do bispo de Juazeiro. Por outro lado, o secretário de Transportes do governo do Estado, Adolfo Viana, um dos chefes do PDS no município, encheu a sua piscina com água dos carros pipas da Sudene. O bispo de Juazeiro afirmou que a seca não é a maior culpada pela miséria do Nordeste, pois os ricos lucram com a miséria do povo. É necessário mudanças profundas.

Estes contrastes revoltantes, como o de Casa Nova, onde uns não têm nem água para beber e outros se utilizam dos carros-pipa para encher suas piscinas, acontecem em toda a região da seca. Para completar a história, o motorista do caminhão pipa, Raimundo de Souza Neto, se recusou a colocar água na piscina do político do PDS e foi demitido e o dono do caminhão ameaçado.

O tesoureiro do PMDB de Casa Nova, Pedro Borges dos Santos, fez mais uma denúncia: os mantimentos que chegaram ao município, fruto de arrecadação de fundos e alimentos, são distribuídos por cabos eleitorais do PDS e entregues só a eleitores do partido.

CRESCER A REVOLTA

Nas frentes de serviço em Juazeiro, Casa Nova, Sento Sé e Sobradinho cresce a revolta dos trabalhadores. O mísero salário de Cr\$ 15.300,00 chega a atrasar até 60 dias, e ainda vem descontado. Os frentistas mostraram à Tribuna Operária recibos em que constava apenas Cr\$ 6 mil de salários!

Qualquer atraso no serviço é argumento para cortar o ponto do dia. Os trabalhadores perguntam como eles, que vão buscar água cedo, andando 10, 20 quilômetros, podem chegar na hora nas frentes de serviço. Em Sobradinho, distrito de Juazeiro, Anita Dias Ribeiro, frentista, cinco filhos, com um de 13 anos na Frente, afirma que trabalhou um mês e só recebeu Cr\$ 6.120,00. Ela disse que não faltou um dia. O fiscal não soube lhe explicar o corte no salário.

O atraso no pouco salário dos frentistas significa a fome para a família. Nervoso e tremendo, Josué Avelino da Silva diz que deixou a água no pote e saiu para comprar fiado na vendinha perto de sua casa. Porém o dono da venda lhe disse que não ia vender ao pessoal da emergência, e se ele quisesse morrer de fome, que morresse. Josué, com mulher e cinco filhos para dar de comer, trabalha na frente de serviço perto da barragem de Sobradinho. Contou à Tribuna Operária que só quando recebe dinheiro come "o feijão e farinha de sempre". Neste dia que

foi comprar fiado não tinha ainda nem tomado café e já eram 4 da tarde.

SAÍDA POLÍTICA

O governo está pouco preocupado com a situação real dos trabalhadores. E ele não interessa ir ao fundo do problema. Mas o povo vai chegando à conclusão que a saída para a questão da seca é política, englobando o fim do modelo econômico entreguista e antipopular e a implantação da reforma agrária. A esta dedução chegaram os participantes do Seminário realizado em Juazeiro, em setembro, pelos estudantes de agronomia, pela Igreja, trabalhadores e técnicos. No Seminário teve grande repercussão o projeto, do deputado federal Haroldo Lima, que institui um salário mínimo regional como pagamento nas frentes de serviço e fim das taxas de impostos para os pescadores do lago de Sobradinho.

O bispo de Juazeiro, dom José Rodrigues, destacou que há 400 anos o Nordeste recebe esmolas em vez de medidas profundas para resolver o problema da seca. Dom José afirmou que a seca não é a maior culpada pela miséria do Nordeste, isso porque os ricos não andam na miséria e até ficam mais ricos com as benfeitorias que os trabalhadores fazem com as frentes de serviço, ganhando miséria, explorados como mão de obra barata.

VÍTIMA DESSE SOFRIMENTO

"Quem sabe da seca somos nós trabalhadores", questiona o trabalhador rural Chico do Roque, do distrito de Riacho Grande, em Casa Nova. E acrescenta: "Eu sou vítima de todo esse sofrimento. Mas quem deveria tomar providências é o governo, e este não resolve a nossa situação. As frentes de serviço, em vez de remediar a situação do povo, acaba de matar. Esse ordenado do governo não dá nem para preso. Além de matar a fome, mata muita gente tuberculosa". Chico denunciou também o desvio de donativos para beneficiar cabos eleitorais do PDS.

O deputado estadual, do PMDB, Luís Nova, denunciou a mordomia do governador da Bahia, João Durval, que ao inaugurar um poço artesiano em Tucano fretou 11 aviões ao preço de Cr\$ 600 mil cada. Em outro discurso na Assembléia Legislativa o deputado baiano fez uma advertência: "O povo já não suporta mais que tripudiem com a miséria que o atinge. Os saques nos supermercados do Rio, nos armazéns pelo Nordeste, a revolta paulista em abril, aqui na Bahia, na região do Juazeiro, o estado de tensão motivado pelas 200 mil pessoas que passam fome, tudo isso evidencia-se como o esboço da rebelião de famintos que a nação está à beira de presenciar". (Luís Sérgio Rocha, da sucursal de Salvador)



Assembléia durante o seminário sobre a seca em Juazeiro, Bahia



A Assembléia Legislativa lotada para ouvir João Amazonas, dia 27

Amazonas fala sobre a saída para a crise

"Para sair da crise em que o Brasil se encontra, o primeiro passo é pôr fim em definitivo a este regime antipopular, de violência e de arbítrio, que continua a governar nosso país" — afirmou no dia 27 em Porto Alegre, o dirigente comunista João Amazonas numa palestra na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.



O dirigente comunista fala sobre a crise

Com o plenário lotado, mais de 1.500 pessoas ouviram atentamente a opinião do Partido Comunista do Brasil sobre "A Saída Política para a Crise Brasileira". A palestra fez parte do IV Ciclo de Estudos sobre problemas brasileiros, promovido pela Assembléia Legislativa.

Mais de cem perguntas foram feitas ao conferencista, sendo que a maioria delas será respondida por escrito e transcritas nos anais do ciclo. Perguntado sobre a tese do consenso, João Amazonas mostrou que "esta tese não tem vingo, porque significa acordo entre forças da oposição e forças do governo. Um compromisso com as forças do arbítrio, responsáveis pela crise no país, é de todo inadmissível. É necessário o consenso de toda a nação brasileira para pôr fim a toda parafernália de leis de exceção com que se mantém este regime. O povo começa a se erguer em todo o país e a compreender que este estado de coisas tem que chegar ao fim. Os defensores do consenso não levam em conta o povo, fazem acordos de cúpula, de costas para a grande maioria da nação."

É difícil o regime aguentar até 1985

Amazonas destacou que para levar o país à democracia é necessário "um governo provisório, que represente as forças populares, democráticas e patrióticas, que propicie um amplo clima de liberdade, permitindo o debate de todas as opiniões políticas, e mobilize amplas forças sociais para convocar uma Assembléia Nacional Constituinte".

Quem vem primeiro, as eleições diretas ou a Constituinte? João Amazonas respondeu que "é de se perguntar se o país aguenta ainda por muito tempo com este regime inepto, assistindo este desgoverno. Creio ser difícil que o regime aguentar até 1985. Vivemos um momento no Brasil em que começou o incêndio na cozinha e estamos preocupados em comprar móveis para adornar a sala." E acrescentou: "O Brasil está à deriva. Isto é dito pela imprensa, pelo Congresso Nacional, por todos os setores da opinião pública. Já não se sabe quem governa efetivamente. O FMI é um governo

dentro do governo. A superação da crise começa pela derrocada do regime militar. O governo do general Figueiredo chegou ao fim. As crises sociais e políticas se sucedem, prenunciando a crise do poder".

Ao referir-se à legalização do PC do Brasil, disse que "será uma vitória da democracia no país. No atual estado de coisas, nem com conciliação, nem pedindo de joelhos, como faz o PCB, abrindo mão de idéias fundamentais, isto será possível".

A platéia deu vivas ao Partido

Amazonas foi bastante aplaudido quando, ao ser apresentado ao plenário, foi lembrada a sua participação na guerrilha do Araguaia. Ao final de seu pronunciamento, aplaudido de pé, a platéia gritou "1, 2, 3, 4, 5 mil, viva o Partido Comunista do Brasil".

A palestra do dirigente comunista foi prestigiada pelos deputados do PMDB Germano Rigotto, Jauri Oliveira, José Ivo Sartori e Cesar Schirmer, líder da bancada, e pelos vereadores deste partido Jussara Cony, Antônio Paz (de Novo Hamburgo), João Sales (de Passo Fundo), Maria Andreola (de Cachoeirinha). Por dirigentes sindicais como Osvaldo Rodrigues, presidente do Sindicato dos Rodoviários, Julieta Balestro, do Centro dos Professores, Paulo Paim presidente do Sindicato e coordenador da Central Estadual dos Trabalhadores, o líder metalúrgico José Freitas, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, Adão Hags-tramm, o presidente do Sindicato do Vestuário, João Paulo Marques, o presidente da Federação dos Trabalhadores na Alimentação Mário Provenzi e Enid Backs, da Associação dos Sociólogos. Presentes também lideranças estudantis e comunitárias, Thomas Beltrão, diretor da UNE, Adenir Reis, presidente da Sociedade Recreativa Santa Maria, Neio Pereira, presidente da Associação dos Moradores São Judas Tadeu, Heriberto Back, presidente do conselho deliberativo da Federação dos Bairros do Rio Grande do Sul e Augusto Coelho, vice-presidente da União das Associações de Moradores de Canoas.

Mobilização do povo para batalha do 2.045

Ainda sob o impacto da vitória sobre o decreto-lei 2.024, os trabalhadores se preparam para enfrentar um outro e pior decreto de arrocho salarial: o 2.045. Em vários Estados o movimento sindical e popular organiza atos públicos e caravanas para pressionar os parlamentares em Brasília. Entretanto há debilidades, fruto da divisão sindical.



É grande a revolta popular contra o decreto-lei que arrocha ainda mais os salários

A derrota do governo no dia 21, com a rejeição do 2.024, animou bastante os dirigentes sindicais. E mais: deu uma importante lição. "Se não fosse a pressão das galerias lotadas e a presença de sindicalistas de outros Estados, o 2.024 seria aprovado", garante José Neves, presidente do Sindicato dos Comerciantes de Brasília. "Há muitos deputados, mesmo das oposições, que não têm nenhum compromisso com os trabalhadores. Vacilam, inventam doenças e viagens para fugir destas votações".

Francisco Campos, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que esteve presente no Congresso no dia da votação, sentiu de perto esta vacilação: "No primeiro encontro com os deputados do PDS e do PTB alguns diziam que era melhor passar o 2.024 porque senão o governo faria coisas piores. Como a pressão foi forte eles recuaram". "Para bloquear a pressão do governo sobre os parlamentares, que foi forte, nós tivemos que falar muito, vaia, gritar e ameaçar. Foi graças a isto que derrotamos o 2.024", afirma Jamil Murad, diretor do Sindicato dos Médicos de S. Paulo, que também esteve presente em Brasília.

Os entrevistados pela **Tribuna Operária** estão convencidos de que é necessária uma pressão ainda maior para derrotar o 2.045, decreto-lei que taxa o reajuste salarial em apenas 80% do INPC expurgado. "O governo está desesperado, afinal há 20 anos que um decreto seu não era derrotado no Congresso. Por isso vai fazer de tudo, usar de todas as sujeiras, corrupção e ameaças, para aprovar o 2.045", explica, preocupado, Jamil Murad, que alerta: "Não devemos subestimar o inimigo".

PRESSÃO MAIOR AINDA

Campos concorda e lembra a pressão que está sendo feita sobre os parlamentares e o povo. "O Delfim

e os homens da área militar reafirmaram que a aprovação do 2.045 é questão de segurança nacional. Até o secretário do governo dos EUA, o Regan, intromete-se na nossa vida para dizer que é preciso aprová-lo". Já Neves diz que a derrota do 2.024 "foi um passo, apenas uma batalha. Não devemos recuar. Enquanto existir esta política econômica, este governo, vamos viver ameaçados. Precisamos estar sempre em estado de alerta".

DIVISÃO DIFICULTA

Dentro da perspectiva de luta, o movimento sindical, popular e democrático organiza manifestações contra o 2.045 em vários Estados, como as que ocorrem nesta sexta-feira. Mas elas ainda estão aquém das necessidades e da revolta dos trabalhadores. A divisão no movimento sindical tem dificultado a mobilização. Tanto a articulação que convoca o Conclat da Praia Grande como a da corrente petista, que fundou a sua Central Sindical, pouco tem feito no sentido de realizar protestos massivos e unitários. A corrente sindical petista nem sequer jogou peso no dia da votação do 2.024. Só três membros da central de S. Bernardo estavam presentes. Na preparação do ato público da Praça da Sé os dirigentes desta corrente não moveram um dedo para mobilizar os trabalhadores. Ao contrário: tentaram esvaziá-lo. Um dos seus membros, numa assembleia dos metalúrgicos de Santo André, chegou a dizer que "nós não devemos participar do ato que é dos pelegos".



A Fetape calcula que 90% dos 240 mil canavieiros cruzaram os braços na greve

Vitória na greve dos canavieiros

A greve dos 240 mil canavieiros de Pernambuco conquistou uma importante vitória, dando lição para todo o movimento sindical: derrubou na prática o famigerado decreto-lei 2.045, conquistando 100% do INPC para o reajuste salarial. O próprio juiz do TRT afirmou que o 2.045 "é repudiado pela opinião pública", cedendo às reivindicações dos grevistas.



Reunido no dia 26, o TRT taxa o 2.045 de inconstitucional

Das 42 reivindicações apresentadas pelos 45 Sindicatos dos trabalhadores na cana, apenas seis não foram conquistadas. Entre elas a manutenção da tabela de produção, "que era uma das exigências mais sentidas pelos canavieiros, já que sem a tabela os usineiros poderão impor tarefas acima da capacidade física do trabalhador", segundo afirma José Rodrigues, presidente da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura.)

Afora isto, o restante foi só vitória. Com os 100% do INPC os trabalhos terão um reajuste de 62,4%, passando a um salário de Cr\$ 65.400,00. O que deixou também muito satisfeitos os grevistas foi que o Tribunal Regional do Trabalho, na seção da noite do dia 26, decidiu por seis votos contra três que o decreto-lei 2.045 "é inconstitucional". Segundo o relator, juiz Alfredo Duarte Neto, "não podemos empobrecer ainda mais quem já deu a sua cota". Ele também protestou contra a rapidez com que o Tribunal decidiu julgar o dissídio coletivo, considerando isso "um cerceamento ao direito da greve dos trabalhadores". O protesto serviu como crítica ao governador do PDS, Roberto Magalhães, que apressou o julgamento.

VITÓRIA DOS GREVISTAS

Entrevistado pela **Tribuna Operária**, José Rodrigues afirmou que "as conquistas dos trabalhadores neste dissídio precedem de conquistas anteriores, vem de cinco anos de campanhas salariais. Isto é, desde 1979 nós fomos aperfeiçoando, e nesta greve, de praticamente três dias, nós paramos em média 90% da zona canavieira e aproximadamente 20 usinas de açúcar."

Ele lembra que os usineiros "ameaçaram até trazer sertanejos para tentar esvaizar a greve".

Se enganam os patrões quando pensam que os clandestinos da região, do agreste e do sertão são seus escravos. Mesmo usando de artificios (os usineiros soltaram um panfleto em nome da Fetape e da Contag pedindo que os grevistas voltassem a trabalhar no dia 26), não conseguiram enganar nenhum grevista". Quanto às violências contra os trabalhadores, José Rodrigues informa que foram registrados 32 casos, e que em alguns a polícia serviu aos patrões na repressão.

(ver box).

"LIBERDADE, LIBERDADE"

A paralisação dos canavieiros eclodiu no sábado, exatamente à zero hora do dia 24. Em São Lourenço da Mata, município conhecido pela combatividade dos assalariados, antes do sol despontar os trabalhadores dos engenhos e arruados da usi-

Onda de violência

Assassinato de um trabalhador; milícias privadas transformando engenhos em campos de concentração; trabalho forçado e desrespeito a já restritiva Lei de Greve. Estes foram alguns dos métodos utilizados pelos senhores de engenho e usineiros para tentar impedir a greve dos canavieiros. Narramos alguns casos que ilustram a prepotência dos patrões.

Palmares: O grevista Amaro Vicente da Silva, que trabalhava no engenho Poço de Ronildo Beltrão, é assassinado em tocaia pelo administrador Amaro Marcolino. Há muito o trabalhador era visado pelos assassinos, pois orientava os companheiros a encaminhar ações na Justiça do Trabalho.

Lagoa de Itaenga: No engenho Petribu, de José Mário de Siqueira, o administrador circula de espingarda 12 num jipe cheio de capangas, forçando todo mundo a trabalhar. Também no engenho Fortaleza, Marcos Albuquerque envia seus jagunços armados à casa do delegado sindical. Este capanga já é conhecido por surrar trabalhadores com cipó de boi.

Cabo: No engenho Cajarucu, de José Carneiro Leão (primo do presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana), os pneus do carro do Sindicato dos Trabalhadores são furados por tiros de rifles e o diretor sindical e o motorista são espancados, expulsos do engenho sob a mira da arma.

Moreno: No engenho Pinto, de propriedade da

fábrica de bebidas Pitu, um dos donos da fábrica, acompanhado pelo fiscal do engenho, comanda a polícia militar para forçar os trabalhadores a cortar cana. No engenho Cumaru e Bugaú de Abixo, o dono Manoel Albuquerque Maranhão, com espingarda na mão, obrigou oito canavieiros a encherem um caminhão de cana.

Jaboatão: No engenho Suassuna, da Usina Jaboatão, o delegado sindical José Benedito e os trabalhadores José Emídio e Amaro Miranda são empurrados a golpe de casete por um fiscal e um agrônomo. Sabe-se ainda que dois trabalhadores estão desaparecidos, depois de terem sido espancados e levados presos por seis capangas à usina.

Escada: No engenho Cachoeira Tapada, de Augusto Novaes, o administrador e um cabo forçam os clandestinos a trabalhar sob a mira de armas e a funcionária do Sindicato, Socorro Santos, é ameaçada de morte.

Paudalho: No dia 23, à noite, o carro do Sindicato é barrado por Geraldo Guerra, dono do engenho Carnaubas e deputado estadual do PDS. Acompanhado de seus capangas, o empresário dispara cinco tiros contra a casa do secretário do Sindicato, João Eurico.

Vicência: Napoleão Xavier, dono do engenho Riviera, agride José Valério, tesoureiro do Sindicato, ferindo-lhe a cabeça com a coronha do revólver e jogando seu cavalo contra o líder sindical.

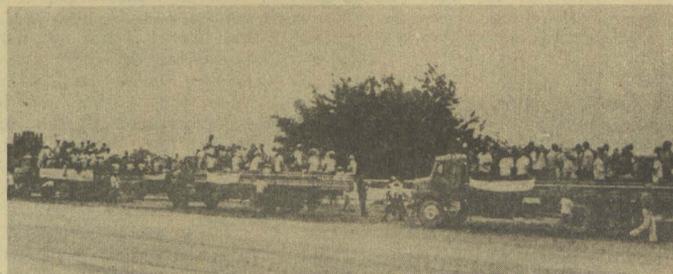
Igreja contra o arrocho

A Igreja paulista realizou dia 25, na Praça da Sé, a sua "Tarde de Oração a Favor do Trabalho e Salário Justo para Todos". Mais de 30 mil populares estiveram presentes à celebração, que acabou assumindo um caráter de protesto contra a política econômica do governo, principalmente contra o 2.045 e o desemprego. Dom Paulo Evaristo, arcebispo de São Paulo, criticou o decreto-lei, taxando-o de decreto de "arrocho salarial", e condenou a pressão exercida pelo governo norte-americano para aprovação do decreto. "Se querem dar con-

selhos, deixem de aconselhar o arrocho dos nossos salários... O dinheiro que pegam aqui vai ser gasto em armas para fazer a guerra". Já Dom Cláudio Humes, bispo do ABC, afirmou que "a nação está perplexa diante da agiotagem internacional". Entre os populares, que rezaram e cantaram, alguns portavam faixas contra o FMI, o desemprego e o 2.045. Apesar de Dom Paulo insistir em caracterizar o ato como religioso, ele acabou se transformando num dos desaguiados do descontentamento popular contra o governo militar.

Agrava-se a luta pela terra no Pará

A guerra não declarada pela terra no Estado do Pará intensificou-se nas últimas semanas. Os posseiros realizaram manifestações públicas de envergadura e reagiram com armas na mão às investidas dos pistoleiros pagos pelos grileiros. Desde agosto dois pistoleiros foram mortos em São João do Araguaia e outros dois em Paragominas.



Caminhões dos posseiros detidos quatro horas pela Polícia Rodoviária.

No município de São João do Araguaia, na área do Cuxiú, dia 20 de setembro dois pistoleiros foram mortos, agravando o conflito que já se desenvolve desde julho de 1981, quando as primeiras das mais de quatrocentas famílias que hoje ocupam a área começaram a botar suas roças.

Já no início de agosto um grupo de posseiros procurou as autoridades pedindo providências em relação às provocações que estavam sofrendo dos pistoleiros. Relataram uma série de ameaças de morte, prisões, expulsões e até multas do IBDF a pretexto de que teriam queimado algumas castanheiras. Corria o boato de que os pistoleiros estavam na área para acabar com os posseiros.

No dia 18 de setembro dois homens que estavam caçando foram até a sede do Cuxiú, sendo imediatamente abordados por cerca de 15 pistoleiros que os ameaçaram de morte, tomaram suas espingardas, um facão e uma lanterna, e afirmaram que estavam esperando a Polícia Federal para retirar os posseiros da área. Os caçadores entraram em contato com o deputado estadual Paulo Fonteles para solicitar ao secretário de Segurança providências no sentido de desarmar os bandidos. No dia 20 chegou a Marabá a notícia da morte dos dois pistoleiros.

EM PARAGOMINAS

Também em Paragominas, no dia 15 de agosto, foram mortos dois pistoleiros em um choque com posseiros que disputam uma área de 4 mil hectares com um grande latifundiário local. A gleba dista 150 quilômetros da sede do município e os posseiros estão ocupando-a há mais de 15 anos.

Segundo declarações do advogado João Batista, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em julho os posseiros foram ao Incra solicitar a demarcação das terras e deram também entrada na delegacia de polícia, com uma petição contra o fazendeiro, que os ameaçava com pistoleiros. No dia 9 de agosto uma comissão foi a Belém, passando pelo Incra, Iterpa e Secretaria de Segurança Pública, reclamando novamente das provocações e do bloqueio da estrada pelos pistoleiros, que os impediam de passar até mesmo para fazer compras.

No dia 15 de agosto 15 posseiros juntaram-se para fazer compras. Foram barrados na estrada por três pistoleiros que dispararam suas armas. Os posseiros responderam e dois dos jagunços tombaram mortos. Depois do incidente os trabalhadores se entrincheiraram no mata durante alguns dias.

LUTA EM VIZEU

No dia 15 de setembro uma cara-

vana de aproximadamente 1.000 posseiros do município de Vizeu dirigiu-se a Belém acompanhada pelos deputados Ademir Andrade e Paulo Fonteles, para pedir ao governador providências em apoio à luta que desenvolvem há anos por uma área de 380 mil hectares, onde moram mais de 7 mil famílias. A maioria dos posseiros nasceu e se criou nestas terras, que agora querem lhes tomar. Pelo menos um posseiro e dois pistoleiros já foram mortos em choques ocorridos anteriormente. E outros conflitos ocorrerão se não forem adotadas medidas energéticas para conter os grileiros, pois os trabalhadores não admitem sair de suas terras.

A Polícia Rodoviária fez tudo para sabotar a caravana. Na chegada a Belém os caminhões ficaram retidos em Castanhal por 4 horas sob o pretexto de que estavam muito cheios. Na saída, novamente a polícia reteve os caminhões. Como resposta os posseiros ocuparam o leito da estrada impedindo o trânsito até que o caso fosse resolvido.

Neste mesmo dia 1.500 posseiros urbanos fizeram uma passeata nas ruas de Belém exigindo o direito de morar. A manifestação foi organizada pela Comissão dos Bairros de Belém.

(Newton Miranda, da sucursal)



Patrão infeliz

Tua mulher mal vestida
Apenas pede comida
Já conformada com a vida
Que leva no barracão

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

Morando num palacete
Todo ornado de tapete
Dando à esposa bracelete
Que vale mais de um milhão

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

Teu filho pede sapato
Sem luxo e sem aparato
De couro simples e barato
Pros pés que sangram no chão

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

Que uma fortuna constrói
Para seus filhos playbois
E o transviado destrói
Tudo que lhe chega à mão

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

Que pra filha debutante
Dá colares de brilhante
vestidos a todo instante
Para cada recepção

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

A sirene quando apita
Tua fome se agita
E tu catas a marmitta
O teu minguado feijão

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

Comendo faisão dourado
Bebendo vinho rosado
E saindo enfasiado
com medo da congestão

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

O teu dinheiro não sobra
o preço de tudo dobra
por causa da vil manobra
dos trustes do tubarão

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

Que nos bancos estrangeiros
Põe milhões de cruzeiros
Roubados dos brasileiros
No processo da inflação

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

Estas tuas mãos calejadas
Tão obreiras e rendosas
Faz fortunas fabulosas
Produto da exploração

Isto não é nada João
Infeliz é teu patrão

Porque um dia os oprimidos
Hão de lutar destemidos
E todos os Joãos unidos
A Pátria libertarão

E nesse dia João?...
Que será do teu patrão?...
(um cobrador de ônibus da
CMTC do Brás-São Paulo).

Este Sindicato enfrentará os 38 do patronato

Como outras cidades deste país, Marabá vem sofrendo as consequências de uma política sócio-econômica mal elaborada. Os trabalhadores são os primeiros a se arrebentarem com esta realidade, principalmente o operário da construção civil, o famoso peão de obra, que é humilhado, obrigado a trabalhar como escravo mais de oito horas por dia e ainda é ludibriado na hora do pagamento de todas as maneiras possíveis.

Sendo o trabalhador na sua maioria semi-analfabeto, se torna fácil aos empregadores enganá-lo.

Marabá não tem Justiça do Trabalho. O representante do Ministério do Trabalho não tem telefone, nem bicicleta, para ver as irregularidades que acontecem aqui. Existem muitos casos de acidentes, de companheiros que perdem os dedos ou os braços e até mesmo a vida, como acontece no km 82, e fica por isso mesmo. Aqui, patrão trata empregado na base do 38, homologação e polícia. O trabalhador recebe um terço do salário forçado pela polícia como acontece nas construtoras Beter e Nativa.



José Maria

Vendo tudo isso, partimos para o Sindicato da categoria, que foi reconhecido no dia 26 de agosto deste ano. Estamos encaminhando os processos com a devida assistência jurídica, mas sempre contando com a má vontade das autoridades competentes. É por estes e outros motivos que vamos pedir duas juntas de conciliação e julgamento ao Ministério do Trabalho em Brasília, para Marabá. (José Maria, presidente do Sindicato da Construção e Mobiliário de Marabá-Pará).

Bancária decide ficar grávida para não ser demitida

Uma companheira de trabalho foi ameaçada de demissão, pois a empresa em que trabalha começa a sentir a crise do país. Como o capitalista não pode lucrar menos, começa a adotar o "sistema" de contenção de despesas, que inclui desde o corte de copos para café até a demissão de funcionários.

Essa funcionária, sentindo ameaçado o seu direito ao trabalho, está decidida a ficar grávida, para com isso garantir tem-

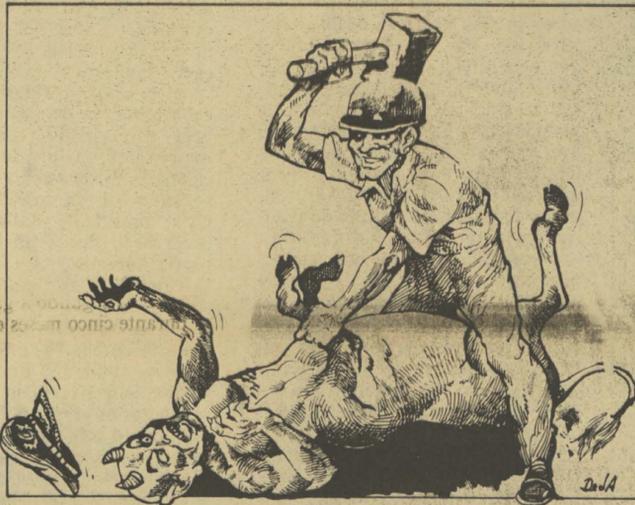
porariamente o emprego. A companheira nem casada é, e pensa em ter um filho, não como um ato de amor entre ela e seu noivo, mas sim para garantir o seu salário.

A que ponto o modelo econômico dos generais está nos levando? À mais completa degenerescência do ser humano e de seus sentimentos, quando o ato de amar passa a ser sinônimo de estabilidade no emprego. (C.M.A. bancária de São Paulo, S.P.)

"Pergunto agora: dá para confiar nestes trastes?"

O decreto salarial 2.024 já foi derrotado no Congresso por 252 votos contra um, dado pelo deputado pedessista Nelson Marchezan, defensor intransigente do governo autoritário. Apesar dessa derrota, o governo não desistirá. O seu trunfo agora é outro decreto, o 2.045, que reduz ainda mais os salários do trabalhador. O povo agora deve redobrar a sua vigilância ainda mais, pois o FMI fará com que esse governo assumira mais compromissos para que esse decreto seja aprovado.

Agora, mais do que nunca, os eleitores brasileiros devem estar sabendo quem são os verdadeiros opositores que nos defendem. Na votação do 2.024, a dona Ivete Vargas, alegando doença, não foi ao Congresso votar. A máscara da sem-vergonhice acabou de cair. O outro pseudo-opositonista do PTB que não votou foi o assessor do Delfim Netto, Mendonça Falcão. Pergunto agora: dá para confiar nestes trastes? (A.S.O. São Paulo, Capital).



Zona Oeste de pé para ajudar a pôr abaixo o 2045

Com o famigerado decreto 2.045 imposto pelo general Figueiredo, a mando do FMI, estamos sentindo no rosto de cada trabalhador uma revolta. Por esta razão é que todo o movimento sindical, democrático e popular da região Oeste de São Paulo teve a iniciativa de convocar uma reunião para a subseção do Sindicato dos Metalúrgicos, com o objetivo de tirar formas concretas de luta.

O primeiro a se pronunciar foi o administrador regional da Freguesia do O, Luiz Paulino. Disse ele: "O decreto 2.045 não só vai estrangular o salário dos trabalhadores, como também acaba com o parque industrial, transformando-o em sucata. Por isso, na luta contra o 2.045 é o momento de ver quem está do lado do regime militar e do FMI ou contra eles".

O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, o Jaime, enfatizou a questão da unidade para lutar, independente de religião ou partido político. Também dona Maria, da favela, arrancou aplausos quando falou que precisamos dar um tiro na cabeça do Figuei-

redo, derrubar esse governo que está matando o povo de fome. O presidente do Diretório do PMDB de Vila Brasilândia, Nivaldo, reforçou que o êxito da reunião veio do fato de ter deixado de lado as divergências que poderia haver. Finalizando, falou o deputado popular Benedito Cintra, do PMDB, que frisou: "Está na ordem do dia o fim imediato do regime militar e a formação de um governo que represente as forças patrióticas e democráticas junto com o movimento popular, tendo a classe operária à frente".

Entre outras propostas foram tirados 100 mil boletins convocando para o grande ato na Praça da Sé no dia 30.

Estiveram presentes sete diretórios do PMDB e dois do PT, os Sindicatos dos Metalúrgicos, dos Motoristas, dos Químicos, dos Bancários, 19 entidades de bairro e duas de funcionários públicos, três Administrações Regionais, parlamentares do PT e PMDB e representantes de 15 fábricas, entre elas a Mafersa, Mapri, Eriez, Abril, Deca, Metaltrit e Progresso. (operários da Zona Oeste-São Paulo, Capital).

Colocar pais de família na rua é querer a guerra

Para nós, companheiros da Villares, a greve é muito válida, porque se a gente não faz greve eles mandam embora. Por isto é melhor parar.

Estamos hoje no segundo dia de greve. Nada foi resolvido. As reivindicações que a gente quer é estabilidade no emprego, ou quatro salários mínimos (para os 440 demitidos).

Também sou contra o decreto 2.024 e o 2.045. Já trabalho há um bom tempo na firma e estou descontente com essas demissões em massa. O patrão não pode fazer isso. É um crime, o pior crime, o patrão mandar pais de família embora sem mais nem menos. Colocar pais de família na rua é querer a guerra com a nação. (um operário da Villares-São Paulo, Capital).

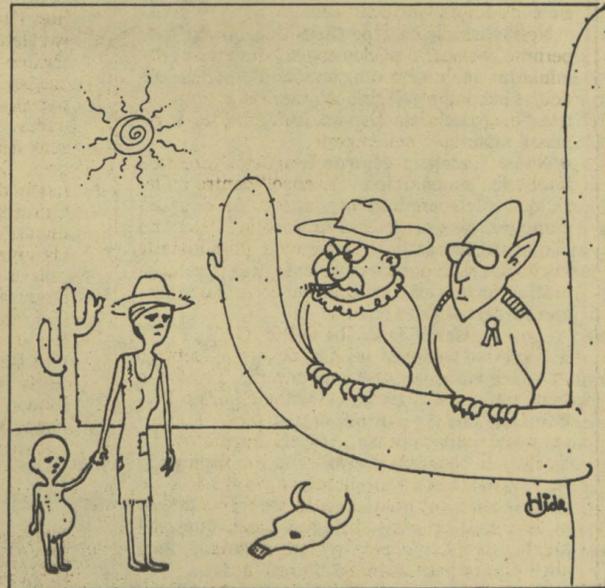
Uma maneira segura de medir a capacidade de luta de um povo é ver o tipo de arte que ele produz. Um povo como o nosso, capaz de forjar um poeta como o trocador de ônibus autor de "Patrão infeliz", deve orgulhar-se de si. Não são só os versos bonitos, cheios da realidade sofrida do trabalhador. É o conteúdo, certo como um tiro na mosca.



fala o POVO

Infelizes os patrões desta terra, onde os explorados afixam suas armas — seja a da greve, seja a da imprensa,

seja a do verso. "Porque — tão certo como a noite traz a alvorada — um dia os oprimidos/Hão de lutar destemidos/E todos os Joãos unidos/A Pátria libertarão".



Filhos da seca casam para poder ter trabalho

Conheço de perto os serviços que estão se realizando, como também a verdadeira opressão implantada no município de Barro, a 440 km de Fortaleza, através dos "Bolsões da Seca".

O trabalho desenvolvido nesses não atende às mínimas necessidades dos camponeses, pois beneficiam os grandes latifundiários. Todas as atividades são executadas nas suas propriedades.

Há discriminação nos alistamentos: jovens e mulheres não são aceitos. Os políticos demagogos do PDS dizem que não há limite de vagas, porém existe mais gente desempregada do que empregada. Até agora, apenas os pais de família — às vezes de doze filhos — estão empregados. O filho mais velho, por ser menor, só consegue por causa de fortes pressões. Outros menores casam só no civil para possuírem uma declaração de que são arrimo da família e terem acesso ao trabalho. O índice crescente dos casamentos civis entre jovens menores é lastimoso.

Por outro lado, algumas pessoas são alistadas sem ser agricultores e sem precisar do "salário" da Emergência. São comerciantes, proprietários e funcionários da Prefeitura que votaram no PDS. As poucas vagas concedidas à população es-

tão na dependência dos pistoleiros dos políticos que as distribuem de acordo com os seus interesses eleitorais. Os que conseguem se alistar são massacrados, moram até duas léguas distante da obra, sem transporte, e quando chegam atrasados ao serviço o feitor age com arbitrariedade, desrespeitando-os e amedrontando-os.

Grande parte dessa massa explorada está passando fome. O mísero salário, de Cr\$ 15.300,00, não é suficiente para uma família de até doze filhos, que é obrigada a recorrer a comidas "selvagens" como o mandacaru, raízes de macambira e sementes de mucunã, que dão apenas uma sensação de estomago cheio. Briel, trabalhador dos "Bolsões", exausto dessa chacinha, falou: "A maioria de nós, trabalhadores, quando chega no serviço, não tem tomado sequer um gole de café preto e lá pelo meio-dia todo mundo começa a sentir tonturas e cair".

Para quem não conhece a situação do sertão, devo informar que na zona sul do Ceará, um quilo de arroz custa Cr\$ 400,00. Feijão, hoje, é prato de luxo, só quem pode comer é gente rica. Carne, nem se fala, a não ser de caça, como preá ou camaleão, que as crianças pegam na caatinga. (Rafael F. de Lima, Crato-CE)

Prefeito de Aracaju faz campanha contra taxistas

Nós que fazemos o táxi-lotação em Aracaju estamos sendo perseguidos barbaramente pelos guardas do Detran e da ITU — Inspetoria de Trânsito Urbano. O prefeito Heráclito Rollemberg vem tentando a todo custo, em conchavo com as duas empresas de ônibus que monopolizam os transportes da capital sergipana, acabar de vez com um direito que todos os moradores da periferia têm, que é usar o táxi-lotação.

Após termos feito duas manifestações de rua, o prefeito passou a perseguir tudo que é motorista que está fazendo lotação. Ainda segunda-feira um companheiro nosso, José Farias, teve uma arma apontada para seu carro por um guarda, o qual só não disparou graças à observação de uma senhora de idade, que disse que ali tinha

muitas crianças e depois as pessoas não eram passarinho para saírem atirando contra elas.

Quando foi na terça-feira, os mesmos guardas perseguiram outra vez o Farias e deram voz de prisão. Contudo Farias não atendeu e saiu em disparada.

O que nós precisamos mesmo é uma luta como foi feita na Bahia, porque só assim acaba de uma vez por todas com o monopólio, baixamos os preços dos coletivos e por outro lado força a barra para que o prefeito biônico regularize o uso do táxi-lotação. Ressaltamos que para que haja uma luta desse nível é necessário que todos os assalariados que residem na periferia se organizem em suas associações de bairro e comecem a lutar pela melhoria dos transportes. (Seguem 50 assinaturas de taxistas de Aracaju-Sergipe).

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Um novo governo contra a reação

Um governo de frente única interessa ou não à classe operária? Certos grupos pequeno burgueses esquerdistas respondem imediatamente que não, pois consideram uma traição qualquer aliança com as forças democráticas. Já os reformistas respondem incondicionalmente que sim, uma vez que para eles o objetivo é obter migalhas com acordos com a burguesia.

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Para o proletariado revolucionário, a resposta é sim, em determinadas condições, para aplicar uma política revolucionária e não para promover a conciliação de classes. Nas condições de uma crise política, quando a burguesia se debate em disputas internas e seu aparato repressor está momentaneamente desorganizado e impotente, e quando existe um vigoroso e amplo movimento de massas, pode ser útil a constituição de um governo provisório que represente o movimento popular sob a direção da classe operária e as forças democráticas.

Nestas condições específicas este instrumento permite deslocar o núcleo central das classes dominantes que detêm o monopólio do poder político, desmontar a legislação fascista e desmantelar o aparelho fascista de informações e repressão montado pelo regime.

Não é ainda um governo revolucionário, mas também não um simples "avanço" dentro da legalidade democrática burguesa. A própria implantação de um governo provisório deste tipo não pode ser alcançada dentro da normalidade institucional. Exige medidas enérgicas para quebrar as resistências, ou seja, de certo modo formas revolucionárias de luta.

ESPAÇO PARA O POVO

Numa situação de crise e de um impetuoso movimento de massas, um governo provisório deste tipo pode garantir a liberdade para o Partido Comunista e para as organizações de massas operárias e populares, especialmente os sindicatos. E com isto possibilita a ampla mobilização das massas para discutir a revolução e organizar as forças populares. Desta forma criam-se as condições para abalar as bases do poder atual, estabelecido pelo regime militar, e para abrir espaço para as forças da revolução.

Os esquerdistas, ao negarem qualquer aliança e qualquer forma transitória para abrir caminho à revolução, ficam restritos aos apelos gerais de princípios, falando na meta socialista, sem abordar os meios práticos que possibilitam a incorporação das massas e a sua atividade concreta. Os reformistas, ao colocar simplesmente como alvo a conquista de certas concessões, na verdade se lançam nos braços da burguesia com acordos que só servem à conservação do capitalismo — com algumas reformas.

ATENÇÃO PARA MUDANÇAS

É claro que a luta política não desemboca obrigatoriamente num governo provisório de frente única. É uma possibilidade para a qual o proletariado precisa estar atento e preparado — que com uma atuação firme pode contribuir para um vigoroso avanço do movimento revolucionário. Mas pode ocorrer também que no curso desta batalha, haja uma radicalização mais rápida e mais profunda dos problemas. As classes dominantes por sua obstinação em manter o poder podem ser envolvidas em uma crise ainda mais grave e as massas podem ser atiradas em uma situação ainda mais dramática. A vanguarda do proletariado tem que prever também esta marcha dos acontecimentos que precipitaria uma situação revolucionária e dirigiria o combate diretamente para o estabelecimento de um poder revolucionário, de democracia popular, rumo ao socialismo.

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, antiga Trav. Brig. Luiz Antonio, Bela Vista, São Paulo, CEP 01318. **Telefone:** 36.7531 (DDD 011). **Telex:** 01132133 TLOPBR.

Jornalista responsável: Pedro de Oliveira

Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

Sucursais:

ACRE — Rio Branco: Rua Belém, 91, Estação Experimental Rio Branco — CEP 69900. **AMAZONAS** — Manaus: Rua Simon Bolívar, 231 — A (Pça. da Saudade) — Caixa Postal 1439 — CEP 69000. **PARÁ** — Belém: Rua Aristides Lobo, 620 — Centro — CEP 66000. **MARANHÃO** — São Luiz: Rua do Machado, 174 — Centro — CEP 65000. **PIAUÍ** — Teresina: Rua Eliseu Martins, 1130, 1º andar — CEP 64000. **CEARÁ** — Fortaleza: Rua do Rosário, 313, sala 206 — CEP 60000. **Sobral:** Av. Dom José, 1236, sala 4 — CEP 62100. **RIO GRANDE DO NORTE** — Natal: Rua Fonseca e Silva, 1098, sala 202, Alecrim — CEP 59000. **PARAIBA** — João Pessoa: Rua Padre Meira, 30, sala 108 — CEP 58000. **Campina Grande:** Rua Venâncio Neiva, 318, 1º andar — CEP 58100. **PERNAMBUCO** — Recife: Rua Sossogo, 221 — Boa Vista — CEP 50000. **Cabo:** Rua Vigário Batista, 239 — CEP 54500. **Garanhuns:** Rua 13 de Maio, 85, 1º andar, sala 3 — CEP 55300. **ALAGOAS** — Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183, Centro — CEP 57000. **SERGIPE** — Aracaju: Rua João Pessoa, 299, sala 28 — CEP 49000. **BAHIA** — Salvador: Rua Sen. Costa Pinto, 845, Centro — CEP 40000. **Feira de Santana:** Av. Getúlio Vargas, 260, sala 101 — CEP 44100. **Camaçari:** Rua José Nunes de Matos, 12 — CEP 42800. **Itabuna:** Av. Juracy Magalhães, 180, sala 204 — CEP 45600. **MINAS GERAIS** — Belo Horizonte: Av. Amazonas, 491, sala 817. Fone: 224.7605 — CEP 30000. **Juiz de Fora:** Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 — CEP 36100. **GOIÁS** — Goiânia: Rua 27, nº 69, Centro — CEP 74000. **DISTRITO FEDERAL** — Brasília: Ed. Goiás, sala 322, Setor Comercial Sul — CEP 70317. **MATO GROSSO** — Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548. Fone: 321.5095. CEP 78000. **MATO GROSSO DO SUL** — Campo Grande: Rua Antonio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 — CEP 79100. **ESPIRITO SANTO** — Vitória: Av. Vitória, 961 — Forte São João — CEP 29000. **RIO DE JANEIRO** — Rio de Janeiro: Rua São José, 90, sala 2208 — CEP 20000. **Rio de Janeiro:** Rua Carvalho de Souza, 155, loja F, Madureira — CEP 20000. **Niterói:** Av. Amaral Peixoto, 370, sala 807 — CEP 24000. **Duque de Caxias:** Rua Nunes Alves, 40, sala 101 — CEP 25000. **Nova Iguaçu:** Rua Otávio Tarquínio, 74, sala 605 — CEP 26000. **SÃO PAULO** — São Bernardo do Campo: Rua Tenente Sales, 229, sala 32 — CEP 09700. **São Caetano do Sul:** Rua Sta. Catarina, 39, sala 303 — CEP 09500. **Campinas:** Rua Regente Feijó, 592 — CEP 13100. **Marília:** Rua Dom Pedro, 190, 1º andar — CEP 137500. **Piracicaba:** Rua Gov. Pedro de Toledo, 1367 — CEP 13400. **Ribeirão Preto:** Rua Sergipe, 119 — CEP 14100. **Santos:** Av. D. Pedro II, nº 7 — CEP 11100. **São José dos Campos:** Rua Sebastião Humel, 185, sala 7 — CEP 12200. **Taubaté:** Rua Souza Alves, 632, sala 5 — CEP 12100. **PARANÁ** — Londrina: Rua Sergipe, 891, salas 7 e 8 — CEP 86100. **RIO GRANDE DO SUL** — Porto Alegre: Rua General Câmara, 52, sala 29 — CEP 90000. **Caxias do Sul:** Rua Dr. Montaurá, 658, 1º andar, sala 15 — CEP 95100. **Pelotas:** Rua Andrade Neves, 1589, sala 403 — CEP 96100. **A TRIBUNA OPERÁRIA** é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composta e impressa por Proposta Editorial, Rua Heitor Penteado, 236, loja 8. Tel.: 263.3115 — São Paulo — SP.

A vitalidade do MPB-4

O MPB-4, um dos principais grupos vocais brasileiros, está completando 18 anos de vida. "Já pode votar", como diz um de seus integrantes. Surgido do seio do movimento popular, o grupo formado por Aquiles, Miltoninho, Magro e Rui tem uma trajetória que espelha as vicissitudes da própria vida política brasileira das duas últimas décadas. A *Tribuna Operária* ouviu Aquiles sobre a vida do MPB-4.

TO — Como surgiu o MPB-4?

Aquiles — O grupo surgiu no movimento estudantil, no Centro Popular de Cultura, da União Nacional dos Estudantes, mais especificamente no CPC da UFE - União Fluminense dos Estudantes. Durante dois anos, até abril de 1964, ficamos ligados ao CPC. Ai houve o golpe. Acabou o CPC, incendiaram a UNE. Esse período do CPC no nosso trabalho era exclusivamente amador. Apresentávamos-nos em favelas, associações, concentrações camponeses, sindicatos, faculdades. E cada um tinha a sua vida profissional própria. Daí a gente ficou, a partir do golpe de 64, com o grupo na mão, sem saber direito o que fazer com ele. Os lugares em que a gente atuava com o CPC estavam bloqueados. Em julho de 65 resolvemos vir a São Paulo, tentar aparecer na tevê Record. Então, durante as férias, viemos a São Paulo, e em pouquíssimo tempo aparecemos em todos os programas.

T.O. — Na época vocês tinham muita influência d'"Os Cariocas", não?

Aquiles — Não. A gente adorava "Os Cariocas", o "Tamba Trio", o "Farroutilha". Mas nosso trabalho já tinha um veio próprio. A tentativa inicial foi exatamente de fugir dos padrões vocais de todos esses grupos. Foi uma grande dificuldade, superada a princípio pelo Magro, que é o arranjador do grupo. Na época a gente já tinha um tom característico, que nos diferenciava de outros grupos vocais. Atualmente o som da gente é bem marcante, né? Quem ouve, identifica. Mas, como eu ia dizendo, em 65 viemos a São Paulo e, pelo acúmulo de convites, sentimos a possibilidade de profissionalização. Nos desligamos de tudo em Niterói e nos mudamos para cá. Logo a gente conheceu o Chico Buarque, gravamos muitas de suas músicas, cantamos juntos nos festivais. A gente ficou contratado pela Record, durante muitos anos, num nível profissional bastante alto para a época. Depois aca-



MPB-4, a maioria de um grupo musical surgido do movimento popular

bou essa fase da Record. Por volta de 67, 68, começamos o trabalho com o Chico Buarque em shows. A tevê estava fechada, e buscamos outros caminhos. Os circuitos universitários foram dessa época. Fazíamos também shows separados. Em 1973 o Chico resolveu não se apresentar mais profissionalmente. A partir daí o MPB-4 assume um novo caminho de espetáculos, com ligação entre teatro e música, que é esse que fazemos até hoje.

T.O. — Qual foi a fase mais difícil para o grupo?

Aquiles — Foi a partir do AI-5. Uma época de repressão física, policial, e também a repressão da censura, que continuou até o final da década de 70. Muitos cantores e compositores foram "saídos" do país, e a gente ficou aqui o tempo todo. Nossos espetáculos foram proibidos, tirados de cartaz. O primeiro que a gente fez, em 1973, foi proibido quatro dias após a estreia. O segundo a gente fez durante cinco meses e depois a censura não permitiu mais. Tentamos um espetáculo com texto do Carlos Eduardo Novaes, e foi inteiramente proibido. Daí a gente fazia recitais, que percebia que a jogada da Censura era nos tirar dos palcos. E a Censura proibiu até recital. Nesse tempo, à medida em que os sindicatos e-

ram fechados, que a censura amordaçava os jornais, os diretórios acadêmicos eram fechados, a gente levava pro palco toda essa necessidade de se ter alguma coisa, mesmo sendo de maneira escamoteada também, pra tentar driblar a censura. De certa maneira dizíamos o que as pessoas não estavam podendo dizer, porque éramos dos poucos que, naquela época, conseguiram reunir 500, 1.000 pessoas numa sala sem ser considerado um ato subversivo. Hoje a situação mudou. A gente agora tem também a possibilidade de atuar nos partidos políticos, nos sindicatos... Existem outros canais... Eu mesmo sou presidente do Sindicato dos Artistas do Rio de Janeiro. E nos shows nós pudemos nos liberar mais. (Carlos Pompe)



Magro, o arranjador do MPB-4



Aquiles: "O período do AI-5 foi o pior para o grupo"

Zico e Cerezzo: o sucesso na Itália

Nas primeiras rodadas do Campeonato Italiano de Futebol a maior atração foram os jogadores brasileiros. Comprados por bilhões, Zico e Cerezzo são, ao lado de Falcão, os mais elogiados pela imprensa. E fazem muita falta a seus clubes e à seleção brasileira.

O Brasil tem razões de sobra para sentir falta de seus ídolos, levados pelos dólares dos times italianos. Os campeonatos regionais apresentam jogos de baixo nível e o público se afasta cada vez mais dos estádios. Os times, além de estafados por calendários absurdos, perderam algumas de suas maiores estrelas, responsáveis por boas arrecadações e espetáculos.

Enquanto isso, os brasileiros são o grande destaque do futebol italiano. Chegaram mesmo a despertar a inveja dos jogadores locais pelos elogios rasgados que receberam da imprensa. E também a violência: Zico saiu do gramado, após o jogo da Udinese com o Avelino, queixando-se das botanadas e agarrões que "não

têm nada a ver com o futebol".

Artilheiro do Campeonato, com cinco gols, Zico foi para a Udinese por Cr\$ 2 bilhões, recebendo nos dois anos de contrato o equivalente, ao câmbio atual, a Cr\$ 1 bilhão. O Flamengo, por sua vez, parece não ter ganho muito com esta transação: faz uma campanha discreta no Campeonato Carioca, que já custou a cabeça do ex-presidente Dunshee de Abranches. A torcida não perdoou a saída do Galinho.

Já no Roma, campeão do ano passado e líder do atual certame, Falcão e Cerezzo reeditam as grandes exibições da Copa de 82. "Uma obra-prima", foi como um jornal classificou o gol de Falcão no jogo contra o Milan. O "rei de Roma", considerado por muitos o maior jogador do mundo na atualidade, continua maravilhando a torcida italiana. E agora tem a seu lado o companheiro de meio-campo da seleção brasileira.

MAU NEGÓCIO

Há não muito tempo, as-

timos à campanha mediocre do Brasil na Copa América. Seu único resultado expressivo, a goleada contra a fraca equipe do Equador, deveu-se muito mais à fragilidade do adversário que às virtudes do time de Parreira. Deu mesmo foi para sentir saudades daquela seleção que, comandada pelo trio Falcão-Sócrates-Zico, deslumbrou o mundo com um futebol alegre e ofensivo, bem brasileiro. Deles, só ficamos com o "Doutor".

Certamente, não foi um bom negócio. Talvez para os cartolas, que levaram milhões nestas vendas, se bem que mesmo alguns deles acabaram se dando mal, como o ex-presidente do Flamengo. Principalmente, foi o povo que saiu perdendo, privado de ver seus craques desfilar categoria pelos gramados. É que o talento de grandes jogadores, transformado em negócio pelos empresários do esporte, acaba sendo explorado por aqueles que tiveram mais força na concorrência. E eles não estão, obviamente, no Brasil. (Silvio Queiroz)



Zico: falta na seleção e no futebol brasileiro

Publicações da Editora Anita Garibaldi Ltda.

- O imperialismo e a revolução (Enver Hoxha) Cr\$ 800,00
- Relatório ao 8º Congresso do PTA (Enver Hoxha) Cr\$ 800,00
- Discurso aos eleitores (Enver Hoxha) Cr\$ 300,00
- Farabundo Martí, herói do povo de El Salvador Cr\$ 200,00
- Os comunistas e as eleições (V.I. Lênin) Cr\$ 400,00
- Educação revolucionária do comunista (D. Arruda) Cr\$ 500,00
- O revisionismo chinês de Mao Tsetung (J. Amazonas) Cr\$ 800,00
- Pela liberdade e pela democracia popular (João Amazonas) Cr\$ 500,00

Socialismo, ideal da classe operária e anseio de todos os povos (João Amazonas) Cr\$ 500,00

Guerrilha do Araguaia Cr\$ 300,00 (esgotada)

Princípios (revista teórica), n.ºs 3, 4 e 6 Cr\$ 500,00

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda. (com envio de cheque nominal no valor da compra). Rua Major Quedinho, 300, sala 3, CEP 01050, Bela Vista, São Paulo, Capital.

Revolta na Serra Pelada

No fantástico garimpo de ouro da Serra Pelada, sul do Pará, 70 mil garimpeiros, ameaçados de expulsão a partir de 15 de novembro, prometem resistir. E desiludem-se com o Major Curió, o chefe do garimpo, deputado do PDS e homem dos serviços secretos do Exército. "O Curió até bem pouco tempo enganou o povo, mas o povo chegou à conclusão de que não tem segurança com Curió. Já sabemos que Serra Pelada foi negociada" — diz o presidente da recém-fundada Associação dos Garimpeiros. Num clima tenso, a Polícia Federal apreende até canivete.

O presidente da Associação queixa-se também da presença ostensiva dos órgãos repressivos: "A exposição de armas do governo dentro dos garimpos não é certo. Como se fôssemos marginais, todos de armas empunhadas". E, ainda sobre o famigerado Major Curió: "Ele vinha mantendo a coisa em banho-maria até se promover politicamente. Depois de eleito só veio uma vez, na abertura da Serra. Ele fica falando que a Serra vai ficar mais 90, 120 dias aberta, pro pessoal não se rebelar. Mas o garimpeiro não acredita mais no Curió. Por ficar esperando por ele é que muita gente não se movimentou antes".

Manifestação de garimpeiros dia 15 em Marabá

Os garimpeiros, com seus dependentes, representam uma população de meio milhão de pessoas. Só em agosto, retiraram da Serra mais de 10 toneladas de ouro — o dobro da receita mensal do governo do Pará. No mesmo mês um grupo extraiu em um só barranco 500 quilos de ouro. Porém o fato não saiu na imprensa, comprometida com o plano do governo de fechar o garimpo ao trabalho manual e passar à lavra mecanizada.

Os trabalhadores da Serra tratam de se organizar para a resistência. Uma primeira tentativa foi impedida pela Polícia Federal, que chegou a realizar até algumas prisões. Mas em 11 de agosto foi fundada a Associação dos Garimpeiros do Sul do Pará — AGASP —

presidida por Fernando Marculino Guimarães, que antes de ser garimpeiro tinha uma agência de empregos em Marabá, fechada por falta de oportunidades de trabalho.

Em entrevista à **Tribuna Operária** Fernando explica que "a Associação pretende integrar os garimpeiros e que eles sejam um símbolo para o Brasil. Pretendemos igualmente conquistar o reconhecimento de nossa profissão, que até hoje não foi reconhecida".

O centro da ação da AGASP, porém, é a luta contra o fechamento da Serra. Para impedi-lo, além de planejar uma grande manifestação no dia 15 próximo, em Marabá, e uma caravana de 2 mil garimpeiros a Brasília, a entidade lançou um manifesto (veja o box). E está tomando medidas jurídicas, apoiada nas autorizações do (Departamento Nacional de Produção Mineral) para construção do barranco e exploração dos barrancos. "Tem muita cidade do Pará — comenta Fernando — que não tem a documentação que a Serra tem". E aproveita para denunciar os abusos da DNPM: "Para pegar a permissão para transportar qualquer mercadoria, ficamos dois dias na fila; mas quando querem tirar alguém, tiram em menos de 24 horas".

"O governo não nos deu a Serra. Nós a achamos"

Sobre o projeto de fechamento da Serra e a transferência dos trabalhadores para o garimpo de Itaituba,



Panorama do garimpo que retira em ouro o dobro da arrecadação do Pará — e onde não entra nem canivete ou faca de ponta

o presidente da AGASP é enfático: "Pra onde este povo vai? O problema social vai ser seríssimo. É a mesma coisa que mandar o pote para o matadouro. Em Itaituba o povo ficou assustado, ameaçaram jogar uma bomba no Encontro do Ouro, que teve lá, contra a ida do povo de Serra Pelada. Lá não tem infraestrutura nem pra quem já está lá. E as famílias que já estão acomodadas na Serra, sem terem pedido nada ao governo? E quem investiu tudo na Serra?".

"O governo não nos deu a Serra — acrescenta. — Nós a encontramos. É totalmente arbitrário a nossa retirada. Queremos mais apoio do governo, segurança. É para isto que o governo existe. É preciso apoio

em todos os garimpos, de pedras preciosas e semipreciosas, atualmente abandonados — diamantes, ametista, cassiterita, bauxita".

Na medida em que se aproxima a data limite de 15 de novembro, aumenta a tensão no garimpo. No início de setembro, uma comissão de deputados representando a Assembleia Legislativa do Pará foi impedida de entrar na Serra Pelada — exceto um parlamentar, e ainda assim porque tinha carteira de garimpeiro. Agora, a Polícia Federal ergueu barreiras e chega a confiscar canivetes de quem entra na área e quebrar a ponta das facas dos garimpeiros, com medo de uma explosão.

(da sucursal).

Quem prometeu tem que cumprir

Coisas inéditas ocorrem em Serra Pelada. O garimpo, que ainda nas últimas eleições funcionou como um imenso "curral eleitoral" para o PDS e em especial para o Major Curió, rebelou-se contra o seu fim forçado. Pela primeira vez forma-se ali uma Associação dos Garimpeiros, fora do controle do temido Curió.

O manifesto da AGASP, intitulado "SOS garimpeiros", traz a marca dos novos tempos. É verdade que ainda trata o general Figueiredo com certa reverência, e até com letra maiúscula nos pronomes, como se fosse uma divindade. Mas seu conteúdo não deixa lugar para dúvidas.

"Se a mãe natureza proveu o solo e o subsolo de riquezas — diz o manifesto, — por que beneficiar uns poucos, com sacrifício de muitos, retirando os garimpeiros da Serra Pelada, entregando-se à Docegeo?"

"Dezenas de milhares de garimpeiros



Garimpeiro: cobrança a Figueiredo

gastaram tudo e estão lá há anos, e só agora conseguiram atingir as rochas e veios auríferos. Todos se deram à luta confiados na palavra de Sua Excia. Sr. Presidente da República, João Baptista Figueiredo, que em sua visita à Serra Pelada no ano de 1982 derramou lágrimas, ao ver os garimpeiros, e prometeu: 'Enquanto eu for Presidente, o garimpo da Serra Pelada não será fechado ao garimpeiro'".

O manifesto ainda afirma que "nós, senhores, confiamos em nosso Presidente"; mas insiste em cobrar a "promessa solene" de Figueiredo.

A fome saqueia São Paulo

Caça às bruxas na favela

Três semanas depois de iniciar a onda de invasões de supermercados no Rio de Janeiro, os favelados da Vila do Vintém voltaram a sofrer com a truculência da polícia — desta vez o Departamento de Investigações Especiais (DIE), órgão do governo estadual de Leonel Brizola.

Segunda-feira passada, às 22 horas, seis homens fortes e armados arrancaram à força Plínio Alves da Cruz, 35 anos, de sua residência na favela. No mesmo dia outro morador, José Carlos Pereira, foi intimado a comparecer à 33ª Delegacia, em Realengo, e sumiu sem que sua família soubesse de seu paradeiro. Os dois só foram localizados às 14 horas de terça-feira, nas dependências do DIE, no centro do Rio.

Ainda na terça os policiais arrastaram a casa de Luiz Carlos Padilha Areas, também morador do Vintém e colaborador da **Tribuna Operária**. Não achando ninguém, apreenderam os exemplares da **TO** que encontraram e deixaram uma intimação para Areas e sua esposa comparecerem ao DIE.

Quarta-feira a repressão ampliou seu raio para fora da favela, vasculhando as casas de vários colaboradores da **Tribuna** sem qualquer ligação com o episódio como — Arlindenor Pedro e Carlos Henrique Tibiriçá.

O chefe da sucursal carioca da **TO** tentou inutilmente elucidar junto ao secretário de Segurança do Estado o porquê das prisões arbitrárias. Conseguiu apenas falar com um sub-secretário, que nada esclareceu. Mas o teor dos interrogatórios mostra que a polícia tenta fazer da **Tribuna Operária** um bode expiatório, por ter sido o único jornal que lançou

luz sobre a real natureza dos saques no Rio, ao entrevistar alguns dos saqueadores da favela do Vintém.

A Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados, seção Rio de Janeiro, está empenhada na defesa das vítimas da sanha policial, tendo mobilizado seu presidente, dr. Hélio Sabóia, e o presidente da Comissão de Direitos Humanos, dr. Eugênio Lira. (da sucursal).



Supermercado saqueado no Rio

Os famintos de São Paulo voltam a apelar para saques de supermercados. Entre o último dia 17 e o fechamento desta edição, 40 estabelecimentos foram invadidos na periferia Leste, Sul e Oeste da capital paulista. Um dono de supermercado já matou, a tiro, um pedreiro desempregado.

Uma das áreas mais atingidas por estas explosões de fome é Campo Limpo, na Zona Sul, onde a população favelada soma 150 mil e os sem emprego chegam perto

desta cifra. Para Abel Abati, administrador regional de Campo Limpo, "o que está levando o povo a esta situação é a miséria motivada pelo desemprego. O que o povo faz é buscar a sobrevivência".

No preciso momento em que ele fazia esta declaração à **Tribuna Operária**, na manhã de quarta-feira, uma pequena multidão percorria as ruas do Parque Maria Helena, a poucos quarteirões dali, aos gritos de "estamos com fome". E só não saqueou o supermercado Naya Jardim porque a polícia chegou antes, advertida pelo dono de uma padaria.

Guerra dos famintos

Os saques de supermercados, que pipocam às dúzias nas periferias paulistana e carioca devastadas pelo desemprego, introduzem novidades na cena do país e das lutas populares. É como uma guerra de guerrilha dos famintos, espontânea e pertinaz.

Até a forma, distinta da usada em abril, faz lembrar as ações guerrilheiras que os oprimidos usam há milênios em toda parte: pequenos grupos atacam de surpresa, pegam o que podem para matar a fome e logo recuam para as favelas e bairros populares, onde somem no meio do povo.

Já se previa que, esgotadas as últimas esperan-

ças e as reservas finais de paciência, a explosão dos sem emprego e sem comida seria inevitável. Agora ela é um fato. E busca, guiada pela intuição, as formas e meios de se exprimir.

Os homens do regime esbravejam contra os saques. Vociferam também certos senhores da oposição burguesa e balofa, horrorizados com esses incômodos cidadãos famintos que insistem em resolver as coisas à sua moda. A atitude dos setores populares, dos patriotas e democratas coerentes é oposta. Bem sabem eles que não haverá salvação para este país que não venha do esforço de seus esfomeados e heróicos filhos.

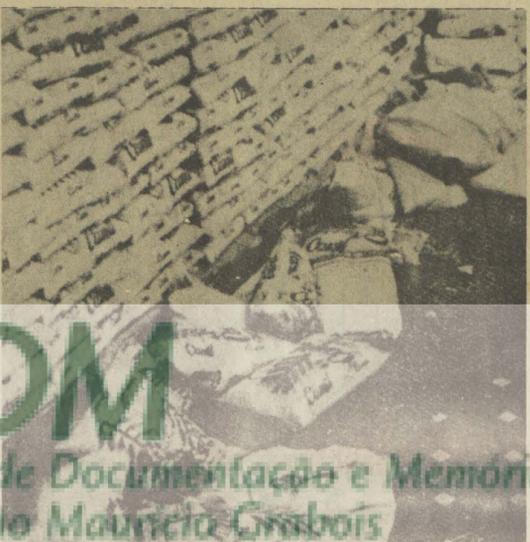
"DIA TODO SEM COMER"

Num barraco de não mais de 12 metros quadrados, em uma favela próxima, um dos cinco filhos de dona Lindaura presenciou os fatos e relata que a polícia chegou dando tiros para o ar e batendo nas mulheres. Aliás, mulheres e crianças têm sido os principais personagens dessas eclôsões de fome na periferia. Outro filho de dona Lindaura, incapacitado devido a um derrame, comenta: "Tem que fazer isso, porque o governo vive roubando a gente".

Joaquim Ricardo de Oliveira, metalúrgico, desempregado, morador no vizinho Jardim Guarujá, confirma: "A maior parte dos saqueadores é gente que está passando fome e tentan-

do arrumar comida para os filhos". E Aguiúlio Ferreira do Amaral, ajudante de pedreiro, sem emprego há seis meses, dá o seu próprio exemplo: "A gente vive passando fome. Tem dia que a gente fica o dia todo sem comer. Nem dinheiro da condução para caçar emprego a gente tem".

Num recente ataque ao supermercado Mini-Box do Parque Santo Antonio, em Santo Amaro, o delegado local Adib Reis não quis atuar em flagrante três saqueadores: alegou que eram pessoas famintas "que aproveitaram a oportunidade criada por arrombadores". O delegado geral de polícia concorda: "A melhor maneira de prevenir (os saques) é mais a aplicação de uma política social que uma ação policial".



Mercadorias saqueadas em São Paulo: arroz, feijão, farinha...